



RELATÓRIO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2023



BRAGA
Município

www.cm-braga.pt

Esta página ficou propositadamente em branco

RELATÓRIO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2023

Reunião da Câmara Municipal: 12/06/2024
Reunião da Assembleia Municipal: 21/06/2024

Praça do Município
4700-435 Braga
www.cm-braga.pt
municipe@cm-braga.pt

Índice Geral

1. NOTA PRÉVIA	6
2. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	8
3. GRUPO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE BRAGA.....	9
3.1. TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM.....	9
3.2. AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM	9
3.3. BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.	10
3.4. Teatro Circo de Braga E.M., S.A.	10
3.5. IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.	11
4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL.....	12
4.1. TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.	12
4.2. Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.....	12
4.3. Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.	13
4.4. Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.	14
4.5. InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica de Braga, E.M.	14
5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	16
5.1. Demonstração de Resultados Consolidados	16
5.2. Análise da Estrutura dos Gastos	17
5.1.1. Análise da Estrutura dos Rendimentos.....	19
5.3. Análise da Estrutura do Balanço Consolidado	21
5.4. Indicadores de Análise	23
5.5. Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal	25
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	26
6.1. Balanço Consolidado	26
7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	32
Nota 1 - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas.....	32
Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	37
Nota 3 – Ativos intangíveis.....	41
Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente	42
Nota 5 – Ativos fixos tangíveis	43
Nota 6 – Locações	44
Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos.....	44
Nota 9 – Imparidade de ativos	44

Nota 10 – Inventários	45
10.1 Inventários	45
10.2 Inventários – Movimentos do Período	46
Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	47
Nota 23 – Outras divulgações	53
23.1 Estado e Outros Entes Públicos	53
23.2 Outras Contas a Receber e a Pagar	53
23.3 Rendimentos	54
23.4 Gastos	54
23.5 Gastos com o Pessoal	55
23.6 Outras Informações relativas aos procedimentos de consolidação	55
8. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	58
8.1 Demonstração Consolidada de direitos e obrigações por natureza	58
8.2 Demonstração do Desempenho Orçamental Consolidado	59

Índice de Ilustrações

Quadro 1 – Demonstração de Resultados Consolidados	16
Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Gastos Consolidados	17
Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos Consolidados	19
Quadro 4 – Análise da estrutura do Balanço Consolidado	21
Quadro 5 – Indicadores de Liquidez	23
Quadro 6 – Rácios de Solvabilidade	24
Quadro 7 – Rácios de Endividamento	24
Quadro 8 – Nível de Endividamento do Grupo Municipal	25
Quadro 9 – Balanço Consolidado	27
Quadro 10 – Demonstração Consolidada de Resultados por Natureza	28
Quadro 11 – Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa	30
Quadro 12 – Demonstração Consolidada de Alterações no Património Líquido	31
Quadro 13 – Outras entidades Participadas	33
Quadro 14 – Entidades contabilizadas pelo MEP	34
Quadro 15 – Caixa e Depósitos Bancários	37
Quadro 16 – Erros materiais de períodos anteriores	39
Quadro 17 – Ativos intangíveis	41
Quadro 18 – Acordos de Concessão de Serviços Concedente	42
Quadro 19 – Ativos fixos tangíveis	43
Quadro 20 – Locações	44

Quadro 21 – Custo de empréstimos obtidos.....	44
Quadro 22 – Imparidade de ativos.	44
Quadro 23 – Perdas por imparidade acumuladas.	45
Quadro 24 – Custo de empréstimos obtidos.....	45
Quadro 25 – Inventários.	46
Quadro 26 – Provisões.	47
Quadro 27 – Passivos Contingentes.	52
Quadro 28 – Estado e Outros Entes Públicos.	53
Quadro 29 – Outros contas a receber e a pagar.	53
Quadro 30 – Rendimentos	54
Quadro 31 – Gastos	54
Quadro 32 – Gastos com Pessoal	55
Quadro 33 – Demonstração Consolidada de direitos e obrigações por natureza.....	58
Quadro 34 – Demonstração do Desempenho Orçamental Consolidado	60
 Figura 1- Comparativo da Estrutura de Gastos Consolidados	 18
Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados	20
Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado.....	22
Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado.....	22

1. NOTA PRÉVIA

Entende-se por contas consolidadas, as Demonstrações Financeiras (DF) de um grupo de empresas relacionadas, organizadas com a finalidade de apresentar uma visão fiel e precisa da situação financeira e económica desse conjunto de entidades como um todo.

Um grupo de sociedades é formado por uma entidade chamada empresa-mãe e todas as entidades nas quais, direta ou indiretamente, por meio de outra, possui uma participação que lhe concede o direito de exercer controlo ou influência sobre as mesmas.

A elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas (DFC) requer a combinação das Demonstrações Financeiras Individuais das diversas entidades mencionadas. Através da aplicação de técnicas e procedimentos específicos de consolidação, essas demonstrações são integradas de forma a fornecer informações financeiras e económicas como se pertencessem a uma única entidade.

Nos termos do n.º 1 do artigo 74.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, *“o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”*. Na mesma sequência, o número 2 do mesmo artigo, acrescenta que a *“contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o setor local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”*.

Por outro lado, prevê-se, no artigo 75.º, do mesmo diploma, a obrigatoriedade dos municípios elaborarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O presente relatório, que anexa as contas consolidadas, pretende abraçar dois desideratos: (i) dar cumprimento a esta obrigação legal, e, também, (ii) assumir claramente que prestação de contas está intimamente ligada à transparência no uso dos recursos públicos (e não deve ter como único objetivo responder à pressão da lei), sendo um dos caminhos da ampliação da cidadania.

Na dimensão técnica, com este documento pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- ✓ melhorar o processo de tomada de decisão;
- ✓ potenciar o controlo;
- ✓ melhorar a informação financeira do grupo;
- ✓ implementar políticas e culturas de gestão do grupo;
- ✓ facilitar a comparabilidade temporal e espacial da informação.

Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação, em que o Município de Braga é detentor de uma percentagem de controlo, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tendo por base o método de consolidação integral, nas entidades onde exerce influência significativa, foi utilizado o método

de equivalência patrimonial. Subsequentemente a esta integração (mediantes os dois métodos descritos), foram eliminadas todas as operações intergrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se, assim, duplicação de valores.

A implementação do novo referencial contabilístico, SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), veio permitir uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, a aplicação deste normativo contabilístico passou a ser de adoção obrigatória para o município bem como para as empresas municipais reclassificadas, designadamente, Teatro Circo, Bragahabit e TUB, permitindo, também, uma aproximação ao SNC, aplicados no contexto do setor empresarial local (AGERE e InvestBraga). As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Braga foram elaboradas de acordo com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública.

Assim, torna-se estratégico assumir, em matéria do património municipal, bem como, ao nível das empresas municipais, na aplicação da contabilidade orçamental nas empresas municipais, regulada pela NCP Contabilidade e Relato Orçamental, a necessidade de dar continuidade ao trabalho de aperfeiçoamento para o novo normativo contabilístico.

Foram incluídas no perímetro de consolidação do município as seguintes empresas:

- TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM
- Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM
- BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, EM
- Teatro Circo de Braga, EM, S.A.
- IB - Agência para a Dinamização Económica, EM

Para melhor interpretação dos números, o presente relatório contém uma breve análise dos principais agregados, de forma a permitir conhecer a situação económico-financeira do grupo e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), prevê no seu artigo 75º a obrigatoriedade dos municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Assim sendo, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal, ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (cf. disposto no nº 3 do artigo 75º, do RFALEI).

São sempre consolidadas, ainda que com métodos de consolidação diferenciados, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação, ou detenção do município, das entidades intermunicipais, ou entidade associativa municipal. Na situação do Município de Braga, o grupo municipal é constituído exclusivamente pelas empresas municipais.

Já os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são as definidas para as entidades do sector público administrativo.

Por sua vez, o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

Por fim, importa esclarecer que, em matéria de consolidação de contas, o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”.

Assim, a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas segue o prescrito no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o SNC-AP -, designadamente o seguinte quanto aos perímetros de consolidação: Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26) e Perímetro de natureza financeira (NCP22).

3. GRUPO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE BRAGA

Nem todas as entidades participadas integram o Perímetro de Consolidação, tal como estipula, de forma supletiva, o artigo 8.º do Decreto-lei n.º 158/2009. Assim sendo, o diploma exclui as entidades em que não existe controlo ou influência dominante, ou que, não sejam materialmente relevantes, ou seja, que a sua dimensão não tenha expressividade nas contas da entidade consolidante. A sua não inclusão não põe em causa o princípio da comparabilidade.

Do ponto de vista da consolidação orçamental, e conforme preconizado na NCP 26, o perímetro é composto pelo Município de Braga e pelas empresas municipais TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., Teatro Circo de Braga, EM e Bragahabit, EM uma vez que as restantes entidades que integram o perímetro de consolidação financeiro identificadas acima não aplicaram a contabilidade orçamental. No entanto, conforme referido no relatório da empresa Bragahabit a mesma apenas aplicou parte da NCP 26 não contendo os mapas necessários para a consolidação orçamental do grupo.

No mapa da Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza e Demonstração de Desempenho Orçamental Consolidado em 31 de dezembro de 2023 foram considerados os dados da empresa mãe juntamente com a TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M. e o Teatro Circo de Braga, EM.

3.1. TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM

A empresa TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM, capital social de 6.250.000,00 €, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, em 10 de Dezembro de 1998, com capitais totalmente detidos pela Câmara Municipal de Braga, tendo sucedido aos Serviços Municipalizados de Transportes (TUB/SM), tendo por objeto principal a prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros na área do Município de Braga.

A sua missão é oferecer soluções de mobilidade e conforto na região, satisfazendo e surpreendendo expectativas dos parceiros envolvidos. Tem como principais valores: Conforto e Acessibilidade; Informação e Partilha, Património e Tradição; Transparência e Pertença.

A sua Visão é ser reconhecida no domínio da mobilidade urbana integrada, como elemento distintivo na sociedade em termos de identidade coletiva.

A TUB conta atualmente com 393 funcionários, com cerca de 162 viaturas, tendo, em 2023, transportado cerca de 12.742.024 passageiros, atingindo um volume de negócios próximo dos 15,2 milhões de euros.

3.2. AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM

A Empresa Pública Municipal Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM surgiu da transformação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, em Empresa Pública Municipal no dia 1 de janeiro de 1999, com o objetivo de melhor servir todos os munícipes do concelho de Braga, quer estes

sejam consumidores de água, utentes da rede pública de saneamento, ou utilizadores do serviço público de recolha do lixo.

O Município de Braga iniciou um processo de transformação da AGERE em empresa de capitais maioritariamente públicos, alienando 49% do seu capital. Para o efeito, lançou um concurso público destinado a selecionar o parceiro privado que, em conjunto com a edilidade, explora a atividade de abastecimento público de água, saneamento e higiene e limpeza do município.

A AGERE-EM tem um capital social no valor de 39.000.000 € - C.R.C. Braga, detido a 100% pela Câmara Municipal de Braga até ao dia 22 de abril de 2005. Neste dia foi efetuada a venda de 49% do capital social ao consórcio de empresas formado pela ABB, a DST e a BragaParques (GESWATER, SGPS).

A AGERE-EM conta atualmente com 543 funcionários, com cerca de 95.894 clientes e uma faturação anual superior a 34,2 milhões de euros.

No decurso do presente exercício 2024 e do exercício de 2023, as contas da participada Agere EM do ano de 2023 não foram ainda aprovadas e o terceiro Geswater – Águas e Resíduos, S.A. interpôs uma ação no Instituto de Arbitragem Comercial contra a Entidade, requerendo o pagamento à Agere – Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga E.M. de um montante aproximado de 30 118 000 euros, relativo à prestação de serviços de limpeza e higiene públicas dos anos de 2013 até 2022, acrescido de 11 534 000 euros a título de juros de mora.

3.3. BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.

A empresa BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., capital social de €12 500 000, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, em 21 de junho de 1999, com capitais totalmente detidos pelo Município de Braga.

A Bragahabit tem como objeto social a promoção e gestão de imóveis de habitação social bem como a gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, a prestação de serviços na área da educação e ação social.

A Bragahabit conta atualmente com 101 funcionários tendo, em 2023 atingindo um volume de negócios próximo dos 1,8 milhões de euros.

3.4. Teatro Circo de Braga E.M., S.A.

O Teatro Circo de Braga EM., S.A., tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios e as orientações do Município de Braga, para a programação anual do Teatro. A empresa tem um capital social de € 500.000, totalmente detidos pelo Município de Braga.

A empresa conta atualmente com 71 colaboradores, tendo em 2023, realizado um conjunto de atividades para um público total de 86.068 pessoas, e um volume de negócios de cerca de 1 milhão de euros.

3.5. IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.

A empresa IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M. (InvestBraga), com o capital social de 175 000,00 euros, foi constituída como empresa pública municipal, em resultado da transformação dos Serviços Municipalizados do Parque de Exposições de Braga, nos termos da Lei 58/98, de 18 de agosto, em 10 de dezembro de 1998, cujo capital social é detido a 100% pelo Município de Braga, assumindo, na altura a designação de PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M.

Em 28 de fevereiro de 2014, a Assembleia Municipal de Braga aprova a mudança da designação social da empresa municipal PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M. para IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., resultando, posteriormente a alteração dos estatutos da empresa.

A InvestBraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros.

Os objetivos estratégicos da InvestBraga são:

- a) atrair investimento para a região, que mantenha e crie emprego;
- b) colocar Braga no radar nacional e internacional do investimento e do empreendedorismo, através do desenvolvimento e da promoção das vantagens competitivas e dos recursos do município;
- c) promover o desenvolvimento e a gestão de uma rede local que integre todos os agentes responsáveis pelo crescimento económico;
- d) tornar Braga um polo atrativo e com um ambiente propício para o estabelecimento de investidores, empresários e Startups;
- e) fomentar a criação de Startups de base científica e tecnológica com elevado potencial de internacionalização
- f) Tornar Braga como local de referência para a realização de grandes eventos, como destino preferencial para o Turismo de Negócios;

A InvestBraga conta com 41 colaboradores tendo, em 2023, atingindo um volume de negócios aproximadamente 2,9 milhões de euros.

4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL

O presente relatório expõe o exercício de consolidação de contas de todo o Grupo Autárquico do Município de Braga, no período económico de 2023, representando o esforço de todo o universo municipal de prestação de contas e transparência perante os munícipes e demais utilizadores.

Para conhecer melhor a atividade do município na sua globalidade, será importante a leitura dos relatórios de atividades e de contas do município, já aprovados em sede de Assembleia Municipal, que agora pode ser complementada com este documento.

Relativamente às entidades controladas que compõem o perímetro de consolidação municipal (e, portanto, reconhecidas pelo método integral), evidenciam-se os seguintes resultados:

4.1. TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.

O ano de 2023 ficou assinalado na medida em que foi ultrapassado o número de passageiros transportados de 2019, o período pré-pandemia, e até à data o melhor ano de desempenho da procura, com um crescimento de 2,65%. Importa realçar também a renovação da frota, concedendo melhores condições de conforto aos passageiros, uma melhor imagem, melhorias na oferta e uma maior regularidade, previsibilidade e fiabilidade, no transporte público, concretizado pela receção de 30 novas viaturas elétricas de tipologias distintas. Por último, destacar a apresentação do Plano Estratégico e Sustentabilidade dos TUB, que define até ao ano 2030, quatro eixos estratégicos que concorrem para uma jornada de compromissos pela sustentabilidade e para gerar e agregar valor para Braga, e promover o bem-estar e qualidade.

Em termos de desempenho económico-financeiro, verificamos que o resultado líquido do exercício é positivo em cerca de 88 milhares de euros.

4.2. Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.

A intervenção da AGERE é orientada pela preocupação constante com a eficiência e a eficácia, onde mantém uma estratégia de compromisso com a promoção de um serviço de qualidade à comunidade, com uma responsabilização permanente de assegurar os serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos, essenciais à qualidade de vida dos cidadãos assumindo uma política de desenvolvimento sustentável, respeitando os recursos ambientais e humanos.

Nos aspetos relevantes da atividade de 2023, destaca-se a conquista do Prémio Cidade+, atribuído à AGERE pela Associação de Limpeza Urbana na Categoria de Equipas Felizes, que reflete na íntegra a importância do envolvimento de todos nos resultados da Empresa, o reconhecimento pelo 6º ano consecutivo a Empresa Municipal Portuguesa com melhor resultado económico e, por último, pelo 10.º ano consecutivo, a renovação do mérito da excelência dos serviços prestados, através do reconhecimento pela entidade reguladora que mais uma vez nos atribuiu o selo de “Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano”.

A AGERE apresenta uma situação económico-financeira equilibrada e sustentável, traduzida num volume de negócios de 34,2 milhões de euros, mais 4,02% comparativamente com o ano 2022. Prova disso são também os resultados dos principais indicadores económico-financeiros: a margem EBITDA situou-se em 50,28% e a Autonomia Financeira cifrou-se em 52,20%.

O investimento global executado, em 2023, foi de 6,0 milhões de euros, na construção e renovação de infraestruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, na gestão de todo o ciclo de higiene urbana e outros.

4.3. Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.

O ano de 2023 foi marcado por um grande dinamismo da Empresa Bragahabit assente numa ampla diversidade de atividades e de iniciativas em várias frentes e num alargamento da sua esfera de intervenção no seio municipal. Os principais objetivos foram garantir a gestão dos apoios à habitação do Município de Braga, a gestão do parque de habitação pública municipal, pela manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais que lhe sejam delegadas e por fim a prestação de serviços nas áreas de educação e ação social.

Destaca-se o apoio a 2 427 famílias nos oito regimes de apoio habitacional, apresentando um aumento de 60% face ao ano transato.

Foi dado seguimento à empreitada de reabilitação integral do Bairro de Santa Tecla no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano estando apenas por concluir a reabilitação do Bloco 2 (Entradas 1, 2 e 3), cuja decisão de demolição foi revogada no ano 2022. Edifício esse que, devidamente reabilitado, dará resposta à lista de espera para arrendamento apoiado.

A Bragahabit foi responsável pela execução do Porta de Entrada no Município de Braga, programa que apoio 18 famílias refugiadas provenientes da Ucrânia e contratualizou com o Município a aquisição de serviços, no âmbito das intervenções em habitação permanente de agregados familiares em condições de vulnerabilidade social e económica, de acordo com as normas que constam do Regulamento do Programa Braga Sol.

Em setembro de 2023, a Bragahabit foi certificada segundo a Norma NP EN ISSO 9001:2015 – Sistemas de Gestão da Qualidade pela SGS Portugal, após um processo de auditoria externa que versou sobre a sua Gestão Habitacional Municipal, a Gestão dos Apoios Sociais à Habitação, o Apoio a Iniciativas de Inovação Social, a Gestão de Refeições Escolares e as Atividades de Apoio à Família.

Ao nível do desempenho económico e financeiro, a Bragahabit apresenta em 2023 um resultado líquido positivo de cerca de 35 mil euros.

4.4. Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.

Ao longo dos últimos anos, o Teatro Circo foi expandido as suas áreas de atuação. Para além do Theatro Circo, a empresa tem hoje a seu cargo o gnracion e, estrategicamente associado a este, o programa da Braga Media Arts, que se estende por outros espaços da cidade e amplia a atuação da Empresa Municipal fora de portas. Recentemente e em estreita parceria com o Município de Barga, assumiu igualmente a iniciativa Braga 25, Capital Portuguesa da Cultura 2025.

No ano 2023 foi marcado por uma mudança estrutural significativa no domínio da programação própria, com a alteração para um modelo de Direção Artística transversal a todas as componentes da Empresa Municipal, mas cuja materialização se reflete na proposta de posicionamento programático de 2024.

Em 2023 o Teatro Circo realizou atividades para um público total de 86.068 pessoas. Nesta estatística estão contabilizados todos os eventos sob chancela do Teatro Circo: os realizados nos seus espaços, ainda que promovidos por entidades externas, e todos os eventos promovidos por si ou em conjunto com instituições parceiras, ainda que realizados fora do edifício ou online.

Em termos económico-financeiros, em 2023, o Teatro Circo apresenta um resultado positivo cerca de 94 mil euros mantendo a sequência de resultados positivos da empresa.

4.5. InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica de Braga, E.M.

No decurso do ano de 2023, a Dinamização Económica e Atracção de Investimento desenvolvida pela InvestBraga prestou apoio a 87 projetos de investimento e realizou 324 atendimentos/ reuniões com empresas, empresários, empreendedores, potenciais investidores e outras entidades. Do total dos projetos acompanhados, 61% são de origem internacional, tendo aumentado o número de investidores que procuram a cidade de Braga para criação e instalação de novos projetos de investimento económico.

No decurso de 2023, e no âmbito do Espaço do Investidor, foram prestados diversos apoios e serviços que procuraram responder as necessidades das empresas, dos empreendedores e dos investidores, nomeadamente:

- i) apoio e esclarecimento sobre os processos de criação de empresas;
- ii) ajuda na procura de espaços de localização das atividades económicas, tendo-se realizado 90 reuniões com facilitadores de investimentos; prestadores de serviços de apoio às empresas e proprietários de oportunidades de investimento;
- iii) apoio ao processo de licenciamento das atividades económicas e outros procedimentos no âmbito da atividade municipal, tendo neste período sido acompanhados e agilizados 13 processos de licenciamento;

- iv) identificação de incentivos locais, nacionais e internacionais, através do apoio a 15 projetos na procura de fontes de financiamento, num trabalho realizado em estreita ligação com os nossos parceiros estratégicos e de apoio à gestão;
- v) apoio na instrução dos processos de candidaturas ao Regime de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, regidos pelo Regulamento nº 789/2016;
- vi) promoção de 87 ações de dinamização económica;
- vii) produção e difusão de infomails por mais de oito mil empresas e profissionais, com informação e análise de medidas de apoio com relevância para a atividade económica e esclarecimento a potenciais investidores.

Em termos financeiros, o exercício 2023 encerra com um resultado positivo em cerca de 20 mil euros.

5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

A presente análise foi elaborada tendo em conta a situação patrimonial do Grupo Público do Município de Braga, reportada a 31 de dezembro de 2023.

5.1. Demonstração de Resultados Consolidados

Ao longo do ano económico de 2023, verificou-se que o Grupo Municipal gerou um total de **Gastos** no montante de **198 milhões de euros** e de **Rendimentos** no valor de **196 milhões de euros**, obtendo-se um **Resultado Líquido do Exercício dos detentores de capital da entidade mãe** negativo de **-2,6 milhões de euros**.

	2023	2022 (reexp.)	2022
Rendimentos			
Impostos, contribuições e taxas	73 177 110,66	66 319 763,68	66 319 763,67
Vendas	8 766 433,59	8 537 512,68	8 537 512,68
Prestações de serviços e concessões	33 808 357,64	33 965 169,19	33 965 169,19
Rendimentos/Gastos imputados de ent. contr., associadas e empreend. conj.	4 679,47	528,70	528,70
Transferências e subsídios correntes obtidos	61 196 907,18	47 344 374,53	47 344 374,53
Trabalhos para a própria entidade	1 125 848,75	1 141 317,58	1 141 317,58
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	726 497,76	0	0
Provisões	0	229 050,71	229 050,71
Juros e rendimentos similares obtidos	293 397,70	213 617,93	213 617,93
Outros rendimentos	16 442 809,04	13 933 264,98	12 811 771,98
	195 542 041,79	171 684 599,98	170 563 106,97
Gastos			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4 750 328,28	4 524 487,45	4 524 487,45
Fornecimentos e serviços externos	54 932 247,92	47 154 840,83	47 551 008,37
Gastos com pessoal	72 507 709,78	62 084 239,84	62 084 239,83
Transferências e subsídios concedidos	17 639 095,24	12 984 436,60	11 727 447,54
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	485 299,64	485 299,64
Provisões	203 159,19	0	0
Outros gastos	12 287 958,20	11 559 962,10	11 559 962,10
Gastos/reversões de depreciação e amortização	33 295 051,87	32 409 445,73	32 409 445,73
Juros e gastos similares suportados	2 568 856,13	699 004,02	699 004,02
	198 184 406,61	171 901 716,21	171 040 894,68
Resultado líquido do período	- 2 642 364,82	- 217 116,23	- 477 787,71
Interesses que não controlam	41 085,21	1 264 362,42	1 264 362,42
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital da entidade mãe	- 2 683 450,03	- 1 481 478,65	- 1 742 150,13

Quadro 1 – Demonstração de Resultados Consolidados

5.2. Análise da Estrutura dos Gastos

O quadro infra reflete os gastos incorridos pelo grupo nos anos de 2023 e 2022 e respetivas variações absolutas e relativas.

Descrição	2022	2022 (Reexp.)	2023	Peso	Variação 2022/2023	Variação % 2022/2023
CMVMC	4 524 487	4 524 487	4 750 328	2,40%	225 841	4,99%
Fornecimentos e serviços externos	47 551 008	47 154 841	54 932 248	27,72%	7 777 407	16,49%
Gastos com o pessoal	62 084 240	62 084 240	72 507 710	36,59%	10 423 470	16,79%
Transferências e subsídios concedidos	11 727 448	12 984 437	17 639 095	8,90%	4 654 658	35,85%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	32 409 446	32 409 446	33 295 052	16,80%	885 606	2,73%
Provisões	0	0	203 159	0,10%	203 159	-
Juros e gastos similares suportados	699 004	699 004	2 568 856	1,30%	1 869 852	267,50%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	485 300	485 300	0	0,00%	-485 300	-
Outros gastos	11 559 962	11 559 962	12 287 958	6,20%	727 996	6,30%
Total	171 040 895	171 901 716	198 184 407	100%	26 282 689	15,29%

Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Gastos Consolidados

Como verificamos da análise do quadro acima, das oscilações entre os períodos homólogos (2023-2022), realça-se os seguintes pontos, por ordem de grandeza:

- (i) **o aumento gastos com o pessoal em 10,4 milhões de euros** é justificado essencialmente pela aumento de valor nas contas da empresa mãe, com a seguinte justificação: integração do pessoal das áreas da saúde e da ação social (63 e 254 funcionários respetivamente) por via da lei da transferência de competências; medidas de valorização remuneratória legalmente previsto; valorização do subsídio de refeição legalmente previsto; novos recrutamentos de pessoal (mais de 492 admissões); efeitos da avaliação do SIADAP do biénio 2021-2022; Aumentos dos encargos por via das novas integrações no quadro do município.
- (ii) **o aumento de 7,8 milhões de euros registado na rubrica de fornecimentos e serviços externos** – decorrente dos aumentos registados nas demonstrações financeiras individuais do grupo público consolidado e, em especial, da entidade mãe. Esta variação deve ser interpretada tendo em consideração essencialmente os seguintes fatores:
 - o recebimento da competência na área da educação, ação social e saúde da administração central, com impacto significativo em termos de massa salarial e dos bens e serviços adquiridos no exercício em prestação;
 - a inflação verificada no período de reporte, com reflexo nos preços contratados.

- (iii) **o aumento de 4,7 milhões de euros em gastos transferências e subsídios concedidos** variação esta que deve ser interpretada tendo em consideração que apenas a empresa-mãe obtêm valor nesta rubrica ao qual reflete os novos apoios concedidos aos munícipes, nomeadamente, Apoio Troca de Lâmpadas, Apoio à Aquisição de Bicicletas e Acessórios, Apoio Combate à Pobreza Energética e Apoio ao Incentivo à Natalidade, bem como Apoio Social Direto.
- (iv) **aumento dos gastos com juros e gastos similares suportados em 1,9 milhões de euros**, que reflete o aumento da obtenção de crédito pelo grupo municipal para suportar as suas despesas e reflete também o impacto do aumento das taxas de juro, traduzindo-se em custos de financiamento mais elevados;

De forma a permitir uma análise visualmente mais facilitadora é apresentado a figura seguinte que ilustra a evolução comparativa dos gastos consolidados.

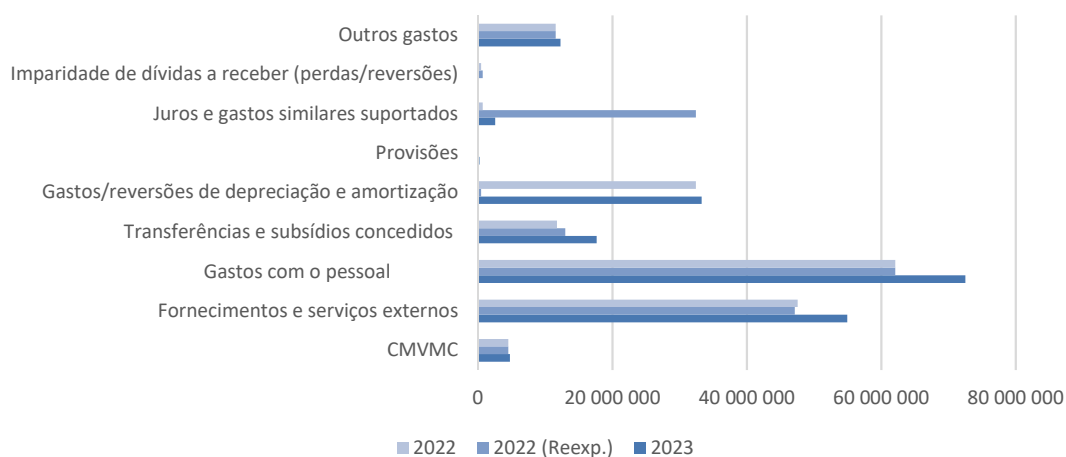


Figura 1- Comparativo da Estrutura de Gastos Consolidados

5.1.1. Análise da Estrutura dos Rendimentos

Por comparação com o período homólogo, o grupo municipal regista em 2023 um aumento global dos seus **rendimentos em 24 milhões de euros**, o que significa, em termos percentuais, um aumento de 13,9 %.

Descrição	2022	2022 (Reexp.)	2023	Peso	Variação 2022/2023	Variação % 2022/2023
Impostos, contribuições e taxas	66 319 764	66 319 764	73 177 111	37,42%	6 857 347	10,34%
Vendas e prestação de serviços	42 502 682	42 502 682	42 574 791	21,77%	72 109	0,17%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e emp. conj.	529	529	4 679	-	4 151	785,09%
Transferências e subsídios correntes obtidos	47 344 375	47 344 375	61 196 907	31,30%	13 852 533	29,26%
Trabalhos para a própria entidade	1 141 318	1 141 318	1 125 849	0,58%	-15 469	-1,36%
Juros e rendimentos similares obtidos	213 618	213 618	293 398	0,15%	79 780	37,35%
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0	0	726 498	0,37%	726 498	-
Provisões	229 051	229 051	0	-	-229 051	-
Outros rendimentos	12 811 772	13 933 265	16 442 809	8,41%	2 509 544	18,01%
Total	170 563 107	171 684 600	195 542 042	100%	23 857 442	13,90%

Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos Consolidados

A variação verificada resulta do comportamento das seguintes rubricas:

- (i) **o aumento da rubrica imposto, contribuições e taxas em aproximadamente 6,9 milhões de euros** – resulta da variação contabilizada globalmente nas demonstrações financeiras individuais do grupo consolidado. Importa destacar que o aumento nas rubricas relativas aos seguintes impostos: IUC; IMI e derrama.
- (ii) **o aumento na rubrica de transferências e subsídios correntes obtidos de 13,9 milhões de euros** – como resultado, em grande medida, dos efeitos contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do município, por recebimento da transferência de competências na área da educação, ação social e saúde preconizada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.
- (iii) **o aumento na rubrica de Outros rendimentos de 2,5 milhões de euros que reflete** essencialmente o aumento de rendimento na empresa-mãe nesta rubrica.

A figura seguinte ilustra a evolução comparativa dos proveitos consolidados do grupo.

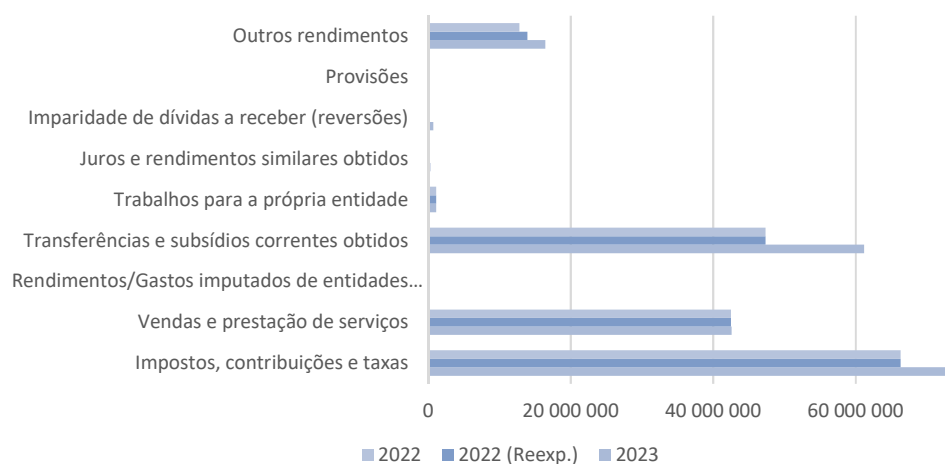


Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados

O resultado líquido do exercício atribuível aos detentores de capital da entidade mãe é negativo em 2 683 450,03 €. Por comparação com o período homólogo, verifica-se uma diminuição do resultado atribuível aos detentores de capital da entidade-mãe, cujas explicações se descrevem acima, na análise da estrutura de gastos.

5.3. Análise da Estrutura do Balanço Consolidado

Através da análise do balanço é possível apreciar a situação financeira do grupo municipal a 31 de dezembro de 2023, conforme determinam as normas de consolidação de contas autárquicas. Assim, os quadros abaixo refletem a estrutura e a evolução patrimonial deste Município nos exercícios de 2022 e 2023.

	2022	2022 (Reexp.)	2023
Ativos não Corrente	807 489 071	901 490 127	925 611 409
Inventários	1 623 406	1 623 406	1 854 316
Devedores diversos	31 869 676	31 075 770	43 386 379
Disponibilidades	9 459 738	9 459 738	19 628 476
Diferimentos	2 453 131	2 453 131	2 456 203
ATIVO	852 895 023	946 102 172	992 936 783
Património	192 159 694	192 159 694	192 159 694
Outros Instrumentos de CP	0	0	71 300
Ajustamentos em ativos financeiros	3 000 069	3 000 069	2 416 570
Prémios de emissão	389 704	389 704	389 704
Reservas	13 898 190	13 898 190	14 261 042
Resultados transitados	369 918 110	466 990 408	465 148 693
Outras variações no PL	116 057 152	111 468 248	124 884 012
Resultado líquido do exercício	-1 742 150	-1 481 479	-2 683 450
Interesses que não controlam	21 698 656	21 698 656	20 980 055
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	715 379 425	808 123 492	817 627 620
Provisões	6 841 381	6 841 381	2 564 540
Financiamentos obtidos	64 115 653	64 115 653	71 814 033
Diferimentos	10 359 593	10 359 593	15 852 824
Credores diversos	56 198 971	56 662 053	85 077 767
PASSIVO	137 515 598	137 978 680	175 309 164
PATRIMÓNIO LÍQUIDO + PASSIVO	852 895 023	946 102 172	992 936 783

Quadro 4 – Análise da estrutura do Balanço Consolidado

O ativo apresenta um aumento do ano 2022 para 2023 no valor de 140 milhões de euros. Por sua vez, o passivo do grupo regista uma variação de 37 milhões euros que resulta essencialmente do aumento das seguintes rubricas: credores diversos (+28,8M€) e financiamentos obtidos (+7,7M€).

Sublinhe-se o aumento do património líquido no valor de 102 milhões de euros, que contraria a apresentação de um resultado líquido do exercício negativo no valor aproximado de 2,7 milhões de euros.

As figuras que se seguem permitem uma melhor visualização das rubricas do balanço, assim como da evolução distributiva das respetivas rubricas, no biénio 2022-2023.

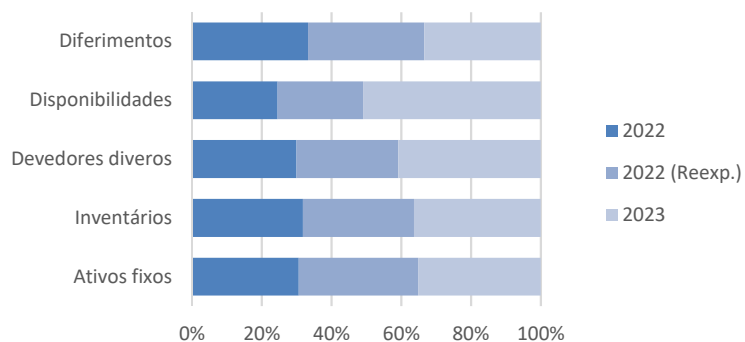


Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado

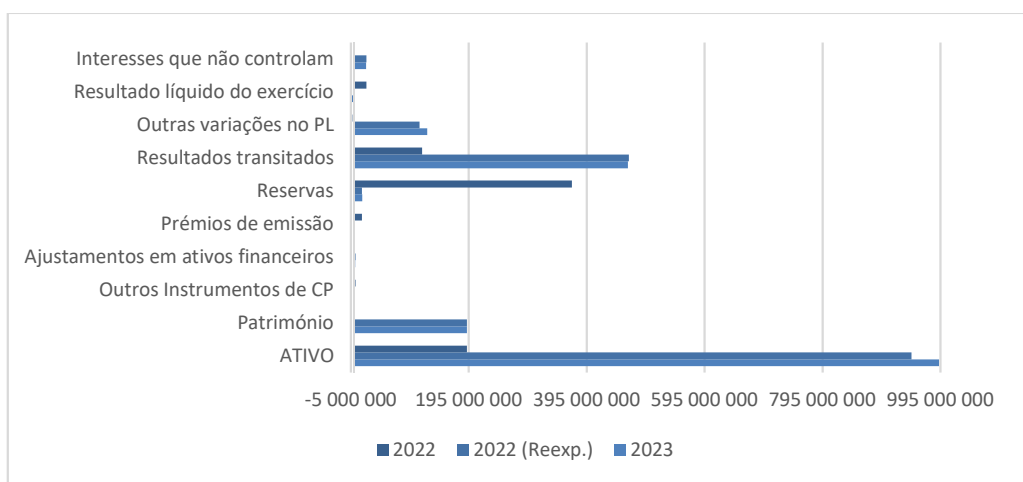


Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado

5.4. Indicadores de Análise

Os indicadores de liquidez permitem analisar o equilíbrio entre as aplicações e obrigações, por outras palavras, avaliam a capacidade do grupo fazer face aos seus compromissos de capital próprio. No exercício económico de 2023, os indicadores liquidez geral e liquidez reduzida apresentam uma ligeira evolução favorável, com especial relevo para o rácio de liquidez geral que incide sobre a capacidade de fazer face às responsabilidades de curto prazo. Destaca-se aumento da liquidez imediata resultante do aumento dos meios financeiros líquidos no valor aproximado de 10 milhões de euros.

	2022	2022 (Reexp.)	2023
Ativo Circulante	45 405 951,48	44 612 044,96	67 325 374,04
Passivo Circulante	70 141 632,69	70 604 715,23	99 650 538,73
Liquidez Geral (LG)	0,65	0,63	0,68
Ativo Circulante-Inventários	43 782 545,73	42 988 639,21	65 471 057,94
Passivo Circulante	70 141 632,69	70 604 715,23	99 650 538,73
Liquidez Reduzida (LR)	0,62	0,61	0,66
Meios Financeiros Líquidos	9 459 738,39	9 459 738,39	19 628 476,19
Passivo Circulante	70 141 632,69	70 604 715,23	99 650 538,73
Liquidez Imediata (LI)	0,13	0,13	0,20

Quadro 5 – Indicadores de Liquidez

Para o cálculo da Autonomia Financeira, utilizamos o quociente entre o Património Líquido e o valor total do Ativo. Mais se acrescenta que este rácio pode variar dependendo da política económica utilizada pelo grupo. O valor referente aos anos de 2022 e 2023 permite-nos concluir que o grupo financia maioritariamente o seu ativo recorrendo a fundos próprios.

Podemos destacar que o rácio de autonomia financeira de 2022 para 2023 teve um decréscimo de 1,53 p.p., no entanto, apesar do aumento evidenciado, deverá manter-se uma política económica conservadora com a vista à redução do seu endividamento.

Relativamente ao rácio de solvabilidade, o grupo apresenta um relativo equilíbrio visto que os fundos próprios são superiores aos capitais alheios.

Rádios de Solvabilidade	2022	2022 (Reexp.)	2023
Autonomia Financeira	83,88%	85,42%	82,34%
Rácio de Solvabilidade	5,20	5,86	4,66
Rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios	19,22%	17,07%	21,44%

Quadro 6 – Rádios de Solvabilidade

No que respeita ao rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios é possível concluir que o grupo obteve um ligeiro aumento no seu nível de endividamento, podendo esta conclusão ser reforçada pelo rácio de autonomia financeira.

Rádios de Endividamento	2022	2022 (Reexp.)	2023
Rácio de Endividamento	16,12%	14,58%	17,66%
Rácio de Endividamento Não Corrente	7,90%	7,12%	7,62%
Rácio de Endividamento Corrente	8,22%	7,46%	10,04%

Quadro 7 – Rádios de Endividamento

Os rácios de endividamento são apresentados com um ligeiro aumento percentual de 2022 para 2023. Destaca-se o rácio de endividamento de longo prazo que apresenta uma diminuição de 0,28 p.p.

5.5. Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal

O nível de endividamento do Grupo Municipal, apurado por recurso ao balanço consolidado, ascende a 175 309 163,50 €, líquido de saldos credores decorrentes de operações recíprocas, assim apurado.

PASSIVO			
	2023	2022 (Reexp.)	2022
Passivo não corrente			
Provisões	2 564 540,00	6 841 380,81	6 841 380,81
Financiamentos obtidos	51 645 979,84	45 810 033,35	45 810 033,35
Fornecedores de investimento	0	0	0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0	0
Diferimentos	6 645 745,77	4 168 179,99	4 168 179,99
Passivos por impostos diferidos	0	0	0
Fornecedores	0	0	0
Outras contas a pagar	14 802 359,16	10 554 370,80	10 554 370,80
	75 658 624,77	67 373 964,95	67 373 964,95
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 202 680,39	11 000,00	11 000,00
Fornecedores	16 704 825,74	12 594 381,62	12 594 381,62
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	16 900,78	550 969,23	550 969,23
Estado e outros entes públicos	1 375 299,33	2 381 900,69	2 381 900,69
Acionistas/sócios/associados	5 865 676,33	5 869 138,57	5 869 138,57
Financiamentos obtidos	20 168 053,16	18 305 619,41	18 305 619,41
Fornecedores de investimentos	6 243 826,65	4 671 973,43	4 671 973,43
Outras contas a pagar	38 866 198,23	20 028 318,92	19 565 236,38
Diferimentos	9 207 078,12	6 191 413,36	6 191 413,36
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0
Outros passivos financeiros	0	0	0
	99 650 538,73	70 604 715,23	70 141 632,69
Total do Passivo	175 309 163,50	137 978 680,18	137 515 597,64

Quadro 8 – Nível de Endividamento do Grupo Municipal

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

6.1. Balanço Consolidado

	Notas	2023	2022 (Reexp.)	2022
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	2/5	890 948 433,94 €	869 023 922,46 €	775 022 866,66 €
Propriedades de investimento	8	3 154 974,71 €	- €	- €
Ativos intangíveis	3	1 041 024,18 €	906 050,13 €	906 050,13 €
Ativos não correntes detidos para venda		44 610,00 €		- €
Ativos biológicos		- €		- €
Participações financeiras	23	10 252 962,12 €	11 392 900,25 €	11 392 900,25 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €		- €
Acionistas/sócios/associados		- €		- €
Diferimentos		- €		- €
Outros ativos financeiros		130 670,12 €	128 519,85 €	128 519,85 €
Ativos por impostos diferidos		- €	- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes		- €	- €	- €
Outras contas a receber	23	20 038 734,31 €	20 038 734,31 €	20 038 734,31 €
		925 611 409,38 €	901 490 127,00 €	807 489 071,20 €
Ativo corrente				
Inventários	10	1 854 316,10 €	1 623 405,75 €	1 623 405,75 €
Ativos biológicos		- €	- €	- €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2/23	1 224 065,71 €	2 983 819,62 €	3 777 726,14 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	9/23	3 081 341,15 €	2 280 912,10 €	2 280 912,10 €
Estado e outros entes públicos	23	3 180 888,40 €	788 564,86 €	788 564,86 €
Acionistas/sócios/associados	23	1 500 000,00 €	1 500 000,00 €	1 500 000,00 €
Outras contas a receber	23	34 400 083,65 €	23 522 473,20 €	23 522 473,20 €
Diferimentos	23	2 456 202,84 €	2 453 131,04 €	2 453 131,04 €
Ativos financeiros detidos para negociação		- €	- €	- €
Outros ativos financeiros		- €	- €	- €
Ativos não correntes detidos para venda		- €	- €	- €
Caixa e depósitos	1.5	19 628 476,19 €	9 459 738,39 €	9 459 738,39 €
		67 325 374,04 €	44 612 044,96 €	45 405 951,48 €
Total do Ativo		992 936 783,42 €	946 102 171,96 €	852 895 022,68 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO				
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	23	192 159 694,49 €	192 159 694,49 €	192 159 694,49 €
Ações (quotas) próprias		- €	- €	- €
Outros instrumentos de capital próprio	23	71 300,23 €	- €	- €
Prémios de emissão		389 703,72 €	389 703,72 €	389 703,72 €
Reservas		14 261 041,90 €	13 898 190,22 €	13 898 190,22 €
Resultados transitados	2/23	465 148 692,87 €	466 990 408,20 €	369 918 109,76 €

Ajustamentos em ativos financeiros	23	2 416 570,20 €	3 000 069,01 €	3 000 069,01 €
Excedentes de revalorização		- €	- €	- €
Outras variações no património líquido	23	124 884 012,02 €	111 468 248,46 €	116 057 151,64 €
Resultado líquido do período	2	- 2 683 450,03 €	- 1 481 478,65 €	- 1 742 150,13 €
Dividendos antecipados		- €	- €	- €
Interesses que não controlam	23	20 980 054,52 €	21 698 656,32 €	21 698 656,32 €
Total do Património Líquido		817 627 619,92 €	808 123 491,78 €	715 379 425,04 €
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	15	2 564 540,00 €	6 841 380,81 €	6 841 380,81 €
Financiamentos obtidos	7	51 645 979,84 €	45 810 033,35 €	45 810 033,35 €
Fornecedores de investimento		- €	- €	- €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		- €	- €	- €
Diferimentos		6 645 745,77 €	4 168 179,99 €	4 168 179,99 €
Passivos por impostos diferidos		- €	- €	- €
Fornecedores		- €	- €	- €
Outras contas a pagar	23	14 802 359,16 €	10 554 370,80 €	10 554 370,80 €
		75 658 624,77 €	67 373 964,95 €	67 373 964,95 €
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	23	1 202 680,39 €	11 000,00 €	11 000,00 €
Fornecedores	23	16 704 825,74 €	12 594 381,62 €	12 594 381,62 €
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	23	16 900,78 €	550 969,23 €	550 969,23 €
Estado e outros entes públicos	23	1 375 299,33 €	2 381 900,69 €	2 381 900,69 €
Acionistas/sócios/associados	23	5 865 676,33 €	5 869 138,57 €	5 869 138,57 €
Financiamentos obtidos	7	20 168 053,16 €	18 305 619,41 €	18 305 619,41 €
Fornecedores de investimentos	23	6 243 826,65 €	4 671 973,43 €	4 671 973,43 €
Outras contas a pagar	2/23	38 866 198,23 €	20 028 318,92 €	19 565 236,38 €
Diferimentos		9 207 078,12 €	6 191 413,36 €	6 191 413,36 €
Passivos financeiros detidos para negociação		- €	- €	- €
Outros passivos financeiros		- €	- €	- €
		99 650 538,73 €	70 604 715,23 €	70 141 632,69 €
Total do Passivo		175 309 163,50 €	137 978 680,18 €	137 515 597,64 €
Total do Património Líquido e Passivo		992 936 783,42 €	946 102 171,96 €	852 895 022,68 €

Quadro 9 – Balanço Consolidado

6.2. Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

	Notas	2023	2022 (Reexp.)	2022
Impostos, contribuições e taxas	23	73 177 110,66 €	66 319 763,68 €	66 319 763,67 €
Vendas	23	8 766 433,59 €	8 537 512,68 €	8 537 512,68 €
Prestações de serviços e concessões	23	33 808 357,64 €	33 965 169,19 €	33 965 169,19 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	23	4 679,47 €	528,70 €	528,70 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	23	61 196 907,18 €	47 344 374,53 €	47 344 374,53 €
Variações nos inventários da produção		- €	- €	- €
Trabalhos para a própria entidade	23	1 125 848,75 €	1 141 317,58 €	1 141 317,58 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	- 4 750 328,28 €	- 4 524 487,45 €	- 4 524 487,45 €
Fornecimentos e serviços externos	23	- 54 932 247,92 €	- 47 154 840,83 €	- 47 551 008,37 €
Gastos com pessoal	23	- 72 507 709,78 €	- 62 084 239,84 €	- 62 084 239,83 €
Transferências e subsídios concedidos	23	- 17 639 095,24 €	- 12 984 436,60 €	- 11 727 447,54 €
Prestações sociais		- €	- €	- €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		- €	- €	- €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23/9	726 497,76 €	- 485 299,64 €	- 485 299,64 €
Provisões (aumentos/reduções)	23	- 203 159,19 €	229 050,71 €	229 050,71 €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €	- €
Aumentos/reduções de justo valor		- €	- €	- €
Outros rendimentos	23	16 442 809,04 €	13 933 264,98 €	12 811 771,98 €
Outros gastos	23	- 12 287 958,20 €	- 11 559 962,10 €	- 11 559 962,10 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		32 928 145,48 €	32 677 715,59 €	32 417 044,11 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/8	- 33 295 051,87 €	- 32 409 445,73 €	- 32 409 445,73 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €	- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		- 366 906,39 €	268 269,86 €	7 598,38 €
Juros e rendimentos similares obtidos	23	293 397,70 €	213 617,93 €	213 617,93 €
Juros e gastos similares suportados	6/7	- 2 568 856,13 €	-699 004,02 €	- 699 004,02 €
Resultados antes de impostos		- 2 642 364,82 €	- 217 116,23 €	- 477 787,71 €
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período	2	- 2 642 364,82 €	- 217 116,23 €	- 477 787,71 €
Interesses que não controlam		41 085,21 €	1 264 362,42 €	1 264 362,42 €
Resultado Líquido atribuível aos detentores de capital da entidade mãe		- 2 683 450,03 €	- 1 481 478,65 €	- 1 742 150,13 €

Quadro 10 – Demonstração Consolidada de Resultados por Natureza

6.3. Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		55 974 936,44 €	49 239 023,92 €
Recebimentos de contribuintes		61 251 377,88 €	55 807 946,65 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		49 357 956,25 €	42 124 041,53 €
Recebimentos de utentes		- €	1 336 871,19 €
Pagamentos a fornecedores		- 56 811 465,02 €	- 56 437 931,22 €
Pagamentos ao pessoal		- 64 998 881,98 €	- 57 980 418,64 €
Pagamentos a contribuintes / Utes		- €	- €
Pagamentos de transferências e subsídios		- 24 293 740,58 €	- 16 684 261,72 €
Pagamentos de prestações sociais		- €	- €
Caixa gerada pelas operações		20 480 182,99 €	17 405 271,71 €
Recebimento do imposto sobre o rendimento		- €	- €
Pagamento do imposto sobre o rendimento		- 3 602 019,05 €	- 1 679 668,25 €
Outros recebimentos		15 141 311,15 €	13 054 013,65 €
Outros pagamentos		- 6 546 691,86 €	- 5 210 632,15 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		25 472 783,23 €	23 568 984,96 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 51 159 411,78 €	- 20 365 241,68 €
Ativos intangíveis		- 55 296,87 €	- 1 346,85 €
Propriedades de investimento		- €	- €
Investimentos financeiros		- 884,26 €	- 3 355,08 €
Outros ativos		- 2 603 359,36 €	- 1 249 999,92 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		3 386 262,50 €	3 185 141,36 €
Ativos intangíveis		1 248,11 €	- €
Propriedades de investimento		- €	- €
Investimentos financeiros		4 292,20 €	161,28 €
Outros ativos		2 034,80 €	5 500,00 €
Subsídios ao investimento		27 681 381,99 €	6 780 820,49 €
Transferências de capital		2 190 361,91 €	1 469 324,84 €
Juros e rendimentos similares		152,89 €	185,63 €
Dividendos		24 045,35 €	49 107,36 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 20 529 172,52 €	- 10 129 702,57 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		37 630 365,99 €	22 802 320,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Cobertura de prejuízos		- €	71 300,23 €
Doações		- €	- €
Outras operações de financiamento		27 500,00 €	1 224,17 €
Pagamentos respeitantes a:			

Financiamentos obtidos		- 30 144 137,60 €	- 30 939 568,58 €
Juros e gastos similares		- 2 288 602,01 €	- 546 406,18 €
Dividendos		- €	- 2 692 005,65 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		5 225 126,38 €	- 11 303 136,01 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		10 168 737,09 €	2 136 146,38 €
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- 88,25 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		9 459 738,39 €	7 323 592,01 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		19 628 475,48 €	9 459 738,39 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		9 459 738,39 €	7 323 592,01 €
- Equivalentes a caixa no início do período		- €	- €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		- €	- €
- Variações cambiais de caixa no início do período		- €	- €
= Saldo da gerência anterior		9 459 738,39 €	7 323 592,01 €
De execução orçamental		5 448 389,40 €	4 014 418,51 €
De operações de tesouraria		4 011 348,99 €	3 309 173,50 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		19 628 475,48 €	9 459 738,39 €
- Equivalentes a caixa no fim do período		- €	- €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		- €	- €
- Variações cambiais de caixa no fim do período		- €	- €
= Saldo para a gerência seguinte		19 628 475,48 €	9 459 738,39 €
De execução orçamental		14 945 149,61 €	5 448 389,40 €
De operações de tesouraria		4 683 325,87 €	4 011 348,99 €

Quadro 11 – Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa

6.4. Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido

Descrição	Notas	Capital/Património subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum.de Capital Próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	192 159 694,49€	- €	- €	389 703,72 €	13 898 190,22 €	466 990 408,20€	3 000 069,01€	- €	111 468 248,46€	- 1 481 478,65€	786 424 835,46€	21 698 656,37€	808 123 491,78€
Alterações no período		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alterações de políticas contabilísticas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realização do excedente de revalorização		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências e subsídios de capital		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Correção de erros materiais		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		- €	- €	71 300,23 €	- €	362 851,67 €	- 1 481 478,65€	- 583 498,81€	- €	13 415 763,56 €	1 481 478,65€	13 266 416,65 €	- 718 601,80 €	12 547 814,86€
Resultado Líquido do Período	(2)	- €	- €	71 300,23 €	- €	362 851,67 €	- 1 481 478,65€	- 583 498,81€	- €	13 415 763,56 €	1 481 478,65 €	13 266 416,65 €	- 718 601,80 €	12 547 814,86€
Resultado Integral	(3)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- 2 642 364,82€	- 2 642 364,82 €	- 41 085,21 €	- 2 683 450,03€
Operações com detentores de capital no período	(4)-(1)+(3)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- 1 160 886,17€	- 1 160 886,17 €	- 759 687,01 €	- 1 920 573,18€
Realizações de capital/património		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras operações		- €	- €	- €	- €	- €	- 360 236,68 €	- €	- €	- €	- €	- 360 236,68 €	- €	- 360 236,68 €
Subscrições de prémios de emissão	(5)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(4)+(5)	192 159 694,49€	- €	71 300,23 €	389 703,72 €	14 261 041,90 €	465 148 692,87€	2 416 570,20€	- €	124 884 012,02€	- 2 683 450,03 €	796 647 565,40€	20 980 054,52€	817 627 619,92€

Quadro 12 – Demonstração Consolidada de Alterações no Património Líquido

7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 1 - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1) Entidades incluídas no perímetro de consolidação

AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. – Participação 51% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

É uma empresa pública municipal que tem como atividade principal a captação, tratamento e adução de água e sua distribuição para consumos domiciliários e outros, mediante venda direta. A sua sede localiza-se na Praça Conde Agrolongo, nº 115 em Braga.

BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

Tem como atividade a promoção e gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, assim como, a prestação de serviços na área da educação e ação social. A sua sede localiza-se na rua D. Paio Mendes, nº 51 em Braga.

IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. - Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

A Investbraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais e estrangeiros. A sua sede localiza-se na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves em Braga.

TUB – TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

A TUB tem como objeto a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros. Pode também exercer atividades acessórias, designadamente atividades complementares ou subsidiárias de exploração dos transportes coletivos de passageiros e de transportes escolares. A sua sede localiza-se na Rua Quinta de Santa Maria – Maximinos – Braga.

TEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

O Teatro Circo de Braga tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios de interesse público e as orientações da câmara municipal de Braga para a programação anual do teatro. A sua sede localiza-se na Avenida da Liberdade, 697 – Braga.

Advém realçar que o Município de Braga controla indiretamente, por intermédio da AGERE, a sociedade BRAVAL detendo aquela (AGERE) 79% desta. Não obstante, considerando o disposto no n.º 2 do art.º 68.º da

Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e atendendo a que nas contas da AGERE foi utilizado o método da equivalência patrimonial para a relevação da participação financeira na BRAVAL, optou-se por não utilizar outro método de consolidação/ajustamento.

Outras entidades participadas:

Participações em entidades societárias	Participações em entidades não societárias
ABC de Braga-Andebol SAD	ANMP- Assoc. Nac. Municípios Portugueses
SGEB - Soc. Gestora Equipamentos Braga	APMCH - Assoc. Portuguesa dos Municípios com Centro
MARB - Merc. Abast. da Região de Braga, SA	CIM Cávado-Comunidade Intermunicipal do Cávado
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Fundação Bracara Augusta
	Eixo Atlântico Noroeste Peninsular
	Turismo do Porto e Norte de Portugal
	Associação de Municípios de fins específicos
	Quadrilátero Urbano
	Associação de Turismo do Porto
	Fundação Serralves

Quadro 13 – Outras entidades Participadas

1.2) Entidades excluídas da consolidação

Não aplicável.

1.3) Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Designação	Investimento financeiro
ABC de Braga-Andebol SAD	0€
SGEB - Soc. Gestora Equipamentos Braga	126.490,83€
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	6.773.730,29€

Quadro 14 – Entidades contabilizadas pelo MEP

- **ABC de Braga – Andebol, SAD**

O município não obteve tempestivamente os documentos de prestação de contas, para efeitos da atualização do valor da participação financeira.

A empresa ABC de Braga - Andebol, SAD, no ano 2024, encontra-se em processo de liquidação.

- **SGEB, SA**

No ano de 2020, por deliberação da Assembleia Municipal, na sua sessão de 4 de dezembro de 2020, foram desenvolvidas as diligências necessárias à dissolução e liquidação da SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A., não tendo as mesmas sido concluídas com a avocação do processo de fiscalização prévia.

No mesmo sentido, em 2023, ao abrigo do artigo 166.º Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro) foi celebrado com os acionistas privados da SGEB contrato de compra e venda da participação de 51% (cinquenta e um) do capital social da SGEB, não tendo o contrato produzido os seus efeitos por aplicação da cláusula que dispunha no sentido da validade do contrato até ao final do ano de 2023.

Em 2024, o espírito que presidiu à compra e venda das ações manteve-se, quer por vontade das partes, quer por força do disposto no artigo 167.º da Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro), norma que permite aos municípios adquirir a totalidade das participações sociais de sociedades comerciais em que tenham participação, com a finalidade exclusiva de proceder à subsequente internalização nos seus serviços das atividades desenvolvidas pela sociedade comercial participada.

Foram obtidos os necessários estudos técnicos que comprovam o benefício económico-financeiro e social decorrente da internalização das atividades desenvolvidas pela sociedade comercial participada para a entidade pública participante face à situação atual.

O Município de Braga continua a pretender cessar com o atual estado de partilha de interesses e gestão prosseguido pela SGEB, assumindo só por si tais atribuições.

Ponderada tal intenção, foi manifestada aos Acionistas Privados que o Município mantém o interesse na aquisição das respetivas ações correspondentes aos 51% (cinquenta e um por cento) do capital social que

detêm, ou seja, 25,5% (vinte e cinco, vírgula cinco por cento) de cada um dos Acionistas Privados, pelo valor de €15.000.000,00 (quinze milhões de euros), tendo essa proposta merecido aceitação.

Nos termos do disposto no artigo 167.º da Lei do Orçamento de Estado para 2024, o Município pode contrair empréstimo de médio e longo prazos destinados à aquisição das participações locais, sendo dispensados do cumprimento do limite do n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Neste contexto, o Município desenvolveu o procedimento adequado à obtenção de financiamento de médio e longo prazos, submetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, que obteve o visto favorável no âmbito do processo n.º 2801/2023, dispondo atualmente das disponibilidades financeiras necessárias à aquisição das participações dos Acionistas Privados.

Assim, na sequência do exposto e tendo já sido deliberada pelo executivo municipal em 16 de outubro de 2023 e pela Assembleia Municipal em 3 de novembro de 2023 a aquisição das participações sociedade detidas por entidades privadas na SGEB, foi submetido à deliberação do órgão executivo, na sua reunião de 25 de maio de 2024, no sentido de ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal, nova minuta do contrato de compra e venda de ações que, mantendo a anterior redação no seu essencial, adapta o período de validade para o ano de 2024.

- **BRAVAL, SA**

A BRAVAL corporiza um Sistema Multimunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos, tendo celebrado em 9 de outubro de 1996 um Contrato de Concessão com o Estado Português, entretanto objeto de atenção, orientação e intervenção pelo despacho do Senhor Secretário de Estado do Ambiente n.º 32/SEAMB/2018, de 26 de junho, na sequência do qual foi constituído um grupo de trabalho que integrou elementos do Gabinete de Sua Excelência o Secretário do Ambiente, da Entidade Reguladora dos Sistemas de Águas e Resíduos, da BRAVAL, da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, para transformação da estrutura acionista e natureza do sistema.

Nesta sequência, o Grupo de Trabalho elaborou um Relatório, nos termos do qual coube à BRAVAL promover as medidas tendentes à regularização dessa estrutura acionista e a execução das ações conducentes ao término da concessão, bem como a promoção das ações para constituição de um sistema intermunicipal.

Por conseguinte, encontram-se em curso ações subjacentes ao termo da vigência do contrato de concessão, em sucedâneo com a constituição de sistema intermunicipal de gestão de serviços de resíduos urbanos, e consequente regularização acionista da BRAVAL.

Em consequência do Decreto-Lei n.º 70/2023, de 22 de agosto, foi solicitada a prorrogação da concessão do atual sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos nos municípios do Baixo Cávado até 31 de dezembro de 2024, com a sua consequente extinção a partir de 1 de janeiro de 2025. Da situação descrita decorrerá a extinção da Entidade.

1.4) Métodos de Consolidação

Os métodos de consolidação adotados na consolidação de contas do Município de Braga foram o método de consolidação integral, para as entidades onde o município exerce controlo, a saber: Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM, BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, EM, IB – Agência para a Dinamização Económica, EM, TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM e Teatro Circo de Braga, EM.

O Método de Consolidação Integral consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Ao preparar as Demonstrações Financeiras Consolidadas foram agregadas as Demonstrações Financeiras do município e das suas subsidiárias, linha a linha adicionando itens idênticos de ativos, passivos, património líquido, gastos e rendimentos. Foi eliminada a quantia escriturada da participação financeira do município em cada subsidiária e a parte do capital próprio em cada entidade consolidada.

Os interesses que não controlam nos ativos líquidos das subsidiárias consolidadas foram identificados separadamente do património líquido do município (AGERE – 49%).

Os saldos, transações, gastos e rendimentos intra – grupo foram identificados, conciliados e eliminados por inteiro.

1.5) Caixa e Depósitos Bancários

Para efeitos de caixa e equivalentes são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem a seguinte composição:

Conta	2023	2022
Caixa	51 305,92 €	45 496,52 €
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	16 223 395,01 €	5 803 484,43 €
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	27 695,15 €	27 695,15 €
Depósitos consignados	3 326 080,11 €	3 583 062,29 €
Total	19 628 476,19 €	9 459 738,39 €

Quadro 15 – Caixa e Depósitos Bancários

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

A realização das demonstrações financeiras foi com base nos registos contabilísticos de acordo com a RAFLEI e conforme o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade e para o grupo, sempre que a informação esteve tempestivamente disponível.

Nos movimentos de 2023:

- i) **ativos fixos tangíveis** - todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.
- ii) **ativos intangíveis** - todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.
- iii) **participações financeiras** - também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo ou pelo método da equivalência patrimonial.
- iv) **depreciações e amortizações** - corresponde à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência.
- v) **contas a receber** - as contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida

quando há evidência objetiva de que a entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

vi) inventários - a mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

2.1) Erros materiais de períodos anteriores

Após a data relato de 2022, foram verificados acontecimentos que refletem ajustamentos materialmente relevantes, ou que podem influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras. Neste sentido, o município de Braga procedeu à reexpressão do balanço e demonstração de resultados de 2022, conforme quadro abaixo.

	Outras contas a receber	Outros Créditos Pagar (corrente)	Ativos fixos tangíveis	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	Outras variações no Património Líquido	Resultados Transitados	RLE 2022
Anterior à reexpressão			640 827 048,97 €	837 899 456,54 €	104 089 125,31 €	389 163 332,48 €	843 342,35 €
		- 463 082,54 €		- 793 906,52 €			- 463 082,54 €
			396 167,54 €				- 793 906,52 €
					1 121 493,00 €		396 167,54 €
							1 121 493,00 €
			93 604 888,26 €		1 458 555,88 €	1 458 555,88 €	
					2 008 854,30 €	2 008 854,30 €	
						93 604 888,26 €	
Após a reexpressão	- €	- 463 082,54 €	734 828 104,77 €	837 105 550,02 €	108 678 028,49 €	486 235 630,92 €	1 104 013,83 €

Quadro 16 – Erros materiais de períodos anteriores

Estas correções ao balanço e demonstração de resultados resultam de acontecimentos ocorridos após relato onde foi realizada uma análise aos valores e por consequência o reajustamento dos mesmos.

Refira-se designadamente: i) Outros Créditos a pagar, insuficiência de estimativa realizada no valor a pagar de transferências e subsídios no ano 2022, no valor de 463 082,54€; ii) regularização das transferências e subsídios não reembolsáveis reconhecidas como direito a receber em 2022, nomeadamente atos impositivos, no valor de 793 906,52€; iii) Regularização dos Ativos fixos tangíveis, no valor de 396 167, 54€ de projetos a incluir no valor inicial do ativo; iv) Regularização do resultado e outras variações do património líquido do ano 2022 do valor transferido para o município relativo ao Fundo de Equilíbrio Financeiro e art.35º, do nº 3 da lei nº 73/2013; v) e outras correções de lançamentos contabilísticos, em face de novos factos desconhecidos à data de relato de 2022.

Procedeu-se ainda ao registo de regularizações materiais que afetam o património líquido municipal reportado e, designadamente, no que respeita à rubrica de resultados transitados no valor de 93.604.888,26€. Estes ajustamentos refletem:

- i) a regularização de amortizações acumuladas (conta 438031) no valor de 85,1M€, em resultado da reclassificação contabilística de parcelas de terreno cedidas ao domínio público municipal (conta 43019), resultantes da receção de operações de loteamento, que se encontravam reconhecidas como infraestruturas rodoviárias e, portanto, a depreciar (conta 43031);
- ii) reconhecimento patrimonial de parcelas de terreno cedidas ao domínio público municipal, resultantes da receção de operações de loteamento de exercícios anteriores, no valor de 8,1M€.
- iii) regularização de 25% das depreciações acumuladas do património imobiliário municipal cuja parcela de terreno subjacente não havia sido reconhecida. Esta operação integra um procedimento interno de análise e controlo interno dos bens do domínio privado municipal, iniciado em 2023 e que terá continuidade no próximo exercício económico. Para o efeito, o município procedeu em conformidade com o descrito no CC2 – “em relação aos imóveis adquiridos sem indicação expressa do valor do terreno, o valor a atribuir a este é fixado em 25 % do valor global”. Em 2023, estas regularizações representam 0,2M€.

Nota 3 – Ativos intangíveis

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, bem como as respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações acumuladas (7)	Perdas por imparidade acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	492 052,04 €	212 565,10 €	- €	279 486,94 €	279 486,94 €	139 722,51 €	- €	139 764,43 €
Programas de computador e sistemas de informação	5 945 770,73 €	5 438 946,05 €	- €	506 824,68 €	6 010 165,41 €	5 354 991,93 €	- €	655 173,48 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos intangíveis	45 716,60 €	- €	- €	45 716,60 €	173 340,60 €	1 276,24 €	- €	172 064,36 €
Ativos intangíveis em curso	74 021,91 €	- €	- €	74 021,91 €	74 021,91 €	- €	- €	74 021,91 €
Total	6 557 561,28 €	5 651 511,15 €	- €	906 050,13 €	6 537 014,86 €	5 495 990,68 €	- €	1 041 024,18 €

Quadro 17 – Ativos intangíveis

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontra-se descrito o contrato de concessão, com todos os elementos fundamentais.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, SA Tomás de Oliveira, Empreiteiros, S.A. E Toelta - Gestão de Investimentos e Concessões, S.A em Consórcio de Braga	----	20 Anos	----	----	----	----
Concessão Construção e Concessão de Exploração do Tanatório de Braga		Após entrada em funcionamento	30 Anos	3% do valor da faturação			

Quadro 18 – Acordos de Concessão de Serviços Concedente

O município não aplicou a NCP 4, a qual requeria que se efetuasse o registo de todos os ativos incluídos na concessão (e registados pela concessionária como ativo intangível) no ativo fixo tangível municipal. Tal não foi possível por falta de informação da concessionária acerca dos bens incluídos na concessão, e com o necessário rigor e detalhe, para o município poder efetuar os correspondentes registos contabilísticos, nos termos previstos no normativo aplicável (NCP 4).

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

No período findo a 31 de dezembro de 2023, o detalhe da quantia escriturada dos ativos tangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações acumuladas (7)	Perdas por imparidade acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	46 481 374,29 €	- €	- €	46 481 374,29 €	181 825 650,25 €	- €	- €	181 825 650,25 €
Edifícios e outras construções	10 908 331,26 €	6 363 053,33 €	- €	4 545 277,93 €	9 846 857,13 €	5 817 359,85 €	- €	4 029 497,28 €
Infraestruturas	411 898 673,87 €	151 943 537,25 €	- €	259 955 136,62 €	336 188 439,19 €	79 607 041,38 €	- €	256 581 397,81 €
Património histórico, artístico e cultural	337 054,63 €	74 824,68 €	- €	262 229,95 €	348 038,14 €	74 824,68 €	- €	273 213,46 €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	469 625 434,05 €	158 381 415,26 €	- €	311 244 018,79 €	528 208 984,71 €	85 499 225,91 €	- €	442 709 758,80 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	103 404 513,16 €	620 821,31 €	- €	102 783 691,85 €	70 977 942,66 €	- €	- €	70 977 942,66 €
Edifícios e outras construções	341 183 741,66 €	109 603 479,94 €	- €	232 240 211,07 €	354 481 828,92 €	115 217 359,04 €	- €	239 264 469,88 €
Equipamento básico	209 102 738,88 €	112 846 253,94 €	- €	95 594 642,08 €	214 170 137,24 €	109 347 863,22 €	263 910,49 €	104 558 363,53 €
Equipamento de transporte	14 043 173,62 €	9 378 996,33 €	- €	4 664 177,29 €	15 052 879,52 €	10 057 015,95 €	- €	4 995 863,57 €
Equipamento administrativo	14 752 386,16 €	12 436 712,59 €	- €	2 315 673,57 €	14 693 276,30 €	12 352 498,67 €	- €	2 340 777,63 €
Equipamentos biológicos	6 065,74 €	5 674,71 €	- €	391,03 €	6 065,74 €	5 887,79 €	- €	177,95 €
Outros	4 108 578,24 €	2 931 706,94 €	- €	1 176 871,30 €	4 083 606,95 €	2 978 728,38 €	- €	1 104 878,57 €
Ativos fixos tangíveis em curso	21 565 141,76 €	- €	- €	21 565 141,76 €	24 993 349,32 €	- €	- €	24 993 349,32 €
	708 166 339,22 €	247 823 645,76 €	- €	460 340 799,95 €	698 459 086,65 €	249 959 353,05 €	263 910,49 €	448 235 823,11 €
Total	1 177 791 773,27 €	406 205 061,02 €	- €	771 584 818,74 €	1 226 668 071,36 €	335 458 578,96 €	263 910,49 €	890 945 581,91 €

Quadro 19 – Ativos fixos tangíveis

Nota 6 – Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras quando transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à posse do ativo locado.

O passivo elegível correspondente aos bens em regime de locação financeira à data, para cada categoria de ativo, é detalhado no seguinte quadro:

	2023	2022
Equipamento básico	2 166 491,15 €	2 827 865,95 €
Equipamento do transporte	1 667 942,89 €	2 285 586,54 €
Outros imobilizações corpóreas	- €	- €
Total	3 834 434,04 €	5 113 452,49 €

Quadro 20 – Locações

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe da rubrica de financiamentos obtidos, consolidado, decomposto em corrente e não corrente é o seguinte:

	2023	2022
Passivo corrente	20 168 053,16	18 305 619,41
Passivo não corrente	51 645 979,84	45 810 033,35
Total	71 814 033,00	64 115 652,76

Quadro 21 – Custo de empréstimos obtidos

Nota 9 – Imparidade de ativos

Neste mapa procedemos ao registo das perdas por imparidades e respetivas reversões realizadas ao longo do ano de 2023.

	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	1 721 890,29	2 677 251,30	2 361 582,72	1 406 221,71
Total	1 721 890,29	2 677 251,30	2 361 582,72	1 406 221,71

Quadro 22 – Imparidade de ativos.

A constituição de imparidades de dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes teve como critério para o seu reconhecimento todas aquelas dívidas de cobrança duvidosa que, à data do balanço, apresentem processo instaurado na Autoridade Tributária.

No que respeita às reversões de imparidades, o valor apurado totaliza 2,4 milhões de euros, dos quais 1,4 milhões de euros correspondem ao valor deliberado pela Câmara Municipal em 9 de fevereiro de 2024, com a decisão de regularização das dívidas anteriores ao exercício de 2017, por ausência de mensuração com fiabilidade conforme os termos estabelecidos pelo SNC-AP. O restante valor reconhecido como reversão de imparidade, nomeadamente 887 123, 59 €, é justificado pela alteração de critério de mensuração no ano 2023 e por consequente foi reconhecido novamente em dívida como clientes c/c.

	Saldo 1 Janeiro de 2023	Reforço de Imparidade	Reversão de Imparidades	Saldo 31 Dezembro de 2023
Perdas por imparidade acumuladas	2 677 251,30	0,00	2 361 582,72	315 668,58
Total	2 677 251,30	0,00	2 361 582,72	315 668,58

Quadro 23 – Perdas por imparidade acumuladas.

Nota 10 – Inventários

10.1 Inventários

No período findo a 31 de dezembro de 2023, o detalhe da rubrica de Inventários Consolidados é o seguinte:

	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	13 014,80 €	- €	13 014,80 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 628 566,31 €	- €	1 628 566,31 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	212 734,99 €	- €	212 734,99 €
Total	1 854 316,10 €	- €	1 854 316,10 €

Quadro 24 – Custo de empréstimos obtidos.

10.2 Inventários – Movimentos do Período

No período findo a 31 de dezembro de 2023, o detalhe da rubrica de Inventários Consolidados – Movimentos do Período é o seguinte:

Rubricas	Quantia escriturada Inicial (1)	Movimentos do período						Quantia escriturada final (9) = (1) + (2) - (3) -/+ (4) - (5) + (6) - (7) + (8)
		Compras líquidas (2)	Consumos/gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por Imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)
Mercadorias	11 544,78 €	6 699,62 €	5 229,60 €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 611 860,97 €	6 258 869,56 €	6 242 063,43 €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	1 623 405,75 €	6 265 569,18 €	6 247 293,03 €	- €	- €	- €	- €	- €
								13 014,80 €
								1 628 667,10 €
								- €
								- €
								- €
								- €
								1 641 681,90 €

Quadro 25 – Inventários.

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 encontram-se registados os valores de provisões constituídas para as seguintes contingências:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total de aumentos (5) = (2) + (3) + (4)	Utilizações	Reversões	Diminuições	Total de diminuições (9) = (6) + (7) + (8)	
	-1	-2	-3	-4	(5) = (2) + (3) + (4)	-6	-7	-8	(10) = (1) + (5) - (9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes	6 841 380,81 €	450 000,00 €			450 000,00 €		226 840, 81€	4 500 000,00 €	4 726 840,81€	2 564 540,00 €
Processos judiciais em curso										
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e organização										
Outras provisões										
Total	6 841 380,81 €	450 000,00 €	- €	- €	- € 450 000,00 €	- €	226 840, 81 €	4 500 000,00 €	4 726 840,81 €	2 564 540,00 €

Quadro 26 – Provisões.

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso e após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 2,6 milhões de euros, resultado da estimativa com o maior grau de fiabilidade para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

No ano de 2023, as provisões para riscos e encargos apresentam um reforço de 450 mil euros de euros relativo ao processo judicial em curso no 697/19.8T8BRG entre o município e a entidade Álvaro Manuel Alves Rodrigues (e outros).

Importa destacar que, quanto ao proc. 1259/06.5BEERG com a entidade ASSOC - Obras Publicas, A.C.E e Outro, no ano 2023, o município realizou um acordo de pagamento

que originou a diminuição da provisão e consequente aumento do passivo no valor de 4,5 milhões de euros. Os montantes de reversão das provisões para riscos e encargos totalizam um valor de 0,2 milhares de euros justificados pelos seguintes processos: proc. 1820/20.5BERG com a entidade Maria das Dores Dias; proc. 1750/21 com entidade Jacinto do Carmo de Sá Falcas e por último proc. 5372/21 com a entidade Associação Recreativa "Os Bem Amados". No decurso normal da sua atividade, existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município de Braga.

Estas ações judiciais, administrativas ou outras, envolvem municípios, empresas, funcionários, autoridades administrativas ou outras. Da análise efetuada e da informação prestada pelos serviços jurídicos municipais, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do município. Assim, os processos desta natureza cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e serão periodicamente reavaliados.

De acordo com o disposto no sistema contabilístico vigente, para efeitos de reconhecimento de um passivo contingente deverei atentar-se a existência de:

- i) uma obrigação possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, que não estão totalmente sob controlo da entidade;
- ii) ou uma obrigação presente que decorre de acontecimentos passados, mas não é reconhecida porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação; ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade

Para efeitos de divulgação, apresenta-se de seguida os passivos contingentes do município de Braga:

Natureza	Descrição	Estimativa do Efeito Financeiro	Momento possível do Exfluxo ou Influxo
		efeito financeiro	do exfluxo ou influxo
Ação Administrativa Comum	1122/05.7BEBRG	2 745 033,51 €	24/01/2023
Ação Administrativa	1327/12.4BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa Comum	1259/06.5BEBRG	3 340 040,85 €	20/01/2023
Ação Administrativa	1141/13.0BEBRG-A	30 000,01 €	
Declaração de Ineficácia de Ato	1954/13.2BEBRG	30 000,01 €	04/07/2023
Ação Administrativa	2043/11.0BEBRG	678 488,00 €	
Ação Administrativa	3260/15.9BEBRG	2 249 340,67 €	06/09/2023
Ação Administrativa	1558/20.3BEBRG	1 942,50 €	
Ação Administrativa Comum	1891/12.8BEBRG	247 039,90 €	
Ação Administrativa Comum	1167/13.3BEBRG	8 112,87 €	
Responsabilidade Civil Extracontratual	1/14.1BEBRG	32 217,43 €	
Ação Administrativa	1467/18.6BEBRG	282 976,25 €	
Impugnação	438/14.6BEBRG	151 873,74 €	12/01/2023
Responsabilidade Civil Extracontratual	1898/14.0BEBRG	100 000,00 €	
Ação Administrativa Comum	244/15.0BEBRG	90 000,00 €	14/11/2023
Responsabilidade Civil Extracontratual	187/15.8BEBRG	90 026,69 €	08/11/2023
Impugnação de Ato Administrativo	1768/15.5BEBRG	66 147,20 €	
Ação Administrativa	15/16.7BEBRG	7 024,30 €	
Ação Administrativa	198/17.9BEBRG	791 833,33 €	
Ação Administrativa	17/16.3BEBRG	15 000,01 €	
Impugnação	2671/17.0BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	923/17.8BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	1622/17.6BEBRG	581 489,56 €	
Responsabilidade Civil Extracontratual	1818/17.0BEBRG	41 838,98 €	27/01/2023
Ação Administrativa	5924/17.3T8BRG	274 980,00 €	14/12/2023
Impugnação Atos Administrativos	2774/17.0BEBRG	30 000,01 €	27/10/2023
Ação Administrativa	2074/18.9BEBRG	5 000,01 €	
Ação Administrativa	2287/18.3BEBRG	30 000,01 €	27/04/2023
Ação Administrativa	2277/18.6BEBRG	3 620,32 €	19/12/2023
Ação Administrativa	2351/18.9BEBRG	5 323,12 €	27/12/2023
Ação Administrativa	2420/18.5BEBRG	1 630,00 €	15/12/2023
Ação Administrativa	1814/16.5BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	301/17.9BEBRG	2 867 682,80 €	
Ação Administrativa	646/17.8BEBRG	30 000,00 €	
Ação Administrativa	841/17.0BEBRG	31 273,55 €	
Ação Administrativa	868/17.1BEBRG	30 000,01 €	
Impugnação de Ato Administrativo	876/17.2BEBRG	71 952,66 €	
Ação Administrativa	976/17.9BEBRG	5 000,01 €	
Ação Administrativa	1326/17.0BEBRG	30 001,00 €	
Ação Administrativa	177/21.1BEBRG	30 001,00 €	
Ação Administrativa	15/21.5BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	1128/17.3BEBRG	5 598,40 €	

Ação de Indemnização	47/18.0BEBRG	7 950,00 €	22/11/2023
Expropriação	266/12.3TBARG	238 515,58 €	13/09/2023
Impugnação	569/20.3BEBRG	3 228,88 €	
Processo de Impugnação	1953/18.8BEBRG	140 794,66 €	02/02/2023
Ação Administrativa	170/19.4BEBRG	210 663,76 €	10/05/2023
Ação Administrativa	223/19.9BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	1174/19.2BEBRG	30 000,01 €	10/11/2023
Processo Executivo	444/13.8T8TBTVR		
Ação Administrativa Laboral	2003/19.2BEBRG	15 000,00 €	13/12/2023
Ação de Indemnização	6076/19.0T8BRG	56 161,76 €	
Ação Administrativa	2223/18.7BEBRG	30 000,01 €	
Contra Ordenação	992/2016	275€ A 27 500€	
Contra Ordenação	991/2016	275€ A 44 000€	
Contra Ordenação	995/2016	370€ A 44 000€	
Contra Ordenação	996/2016	370€ A 44 000€	
Ação Administrativa	878/18.1BEBRG	30 000,01 €	
Expropriação	3133/18.3T8BRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	1009/18.3BEBRG	82 350 000,00 €	
Ação Administrativa	2220/18.2BEBRG	42 452,37 €	
Ação Administrativa	2222/18.9BEBRG	2 028 218,94 €	
Ação Administrativa	2232/18.6BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	2271/19.0BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	2235/18.0BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	160/20.4BEBRG	5 056,85 €	
Ação de Processo Comum	288/20.0T8BRG	50 000,01 €	
Ação Administrativa	2231/18.8BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	2229/18.6BEBRG	30 000,01 €	
Contra-ordenação	20/21.1EABRC	€ 1.000,00 a € 30.000,00	
Ação Administrativa	634/21.0BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	1102/21.5BEPRT	462 558,25 €	
Contra-ordenação	1-328-2021	€ 24.000,00 a € 240.000,00	
Ação Administrativa	978/21.0BEBRG	4 087,19 €	
Ação Administrativa	1024/21.0BEBRG	5 000,01 €	
Contra-ordenação	DAAF.CO.470.2017	€ 24.000,00 a € 144.000,00	
Ação Administrativa	1289/21.7BEBRG	1 130,18 €	
Ação Administrativa	1323/21.0BEBRG	39 678,59 €	
Ação Administrativa	1750/21.3BEBRG	612,00 €	14/12/2023
Ação Administrativa	1906/21.9BEBRG	7 500,00 €	
Ação Administrativa	2046/21.6BEBRG	30 000,01 €	
Contra-ordenação	475/21.4EABRC	€ 12.000,00 a € 24.000,00	
Impugnação	1353/21.2BEBRG	35 662,73 €	
Ação Administrativa	1633/21.7BEBRG	1 880 100,61 €	
Execução	1468/22.0T8VNF	290 633,55 €	
Ação Administrativa	855/21.5BEBRG	30 000,01 €	
Participação	47/20		
Ação de Impugnação	1938/20.4BEBRG	30 000,01 €	15/12/2023

Ação Administrativa	1404/20.8BEBRG	386 756,13 €	
Ação Administrativa - Laboral	2043/20.9BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa - Laboral	311/21.1BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	511/21.4BEBRG	3 294,00 €	
Ação Administrativa Impugnação de ato	699/21.4BEBRG	30 000,01 €	09/08/2023
Ação Administrativa	830/21.0BEBRG	5 000,01 €	
Ação Administrativa	886/21.5BEBRG	2 978,97 €	11/05/2023
Ação de Impugnação	1279/21.0BEBRG	339 246,32 €	
Ação Responsabilidade Civ. Extracont	1492/21.0BEBRG	6 552,48 €	
Ação Responsabilidade Civ. Extracont	1547/21.0BEBRG	21 950,00 €	
Providência Cautelar	2219/21.1BEBRG	30 000,01 €	16/02/2023
Ação Administrativa	892/22.2BEBRG	387 715,97 €	
Impugnação Judicial	2513/19.1BEBRG	139 546,69 €	
Impugnação Judicial	1679/20.2BEBRG	139 546,69 €	20/01/2023
Ação Administrativa	1024/22.2BEBRG	9 327,73 €	
Ação Administrativa Res. Civil Extrac.	2510/19.7BEBRG	1 357,14 €	
Ação Administrativa Laboral	59/20.4BEBRG	5 000,01 €	26/10/2023
Ação Administrativa Res. Civil Contr.	1853/20.18BEPRT	1 126,00 €	
Ação Administrativa Res. Civil Extrac.	496/20.4BEBRG	30 234,55 €	
Ação Administrativa Laboral	663/20.0BEBRG	30 000,01 €	28/12/2023
Ação Administrativa Res. Civil Extrac.	696/20.7BEBRG	3 212,16 €	
Processo Crime	1150/19.5T9BRG	299,64 €	
Impugnação de sanção disciplinar	973/20.7BEBRG	1 754,50 €	
Ação Administrativa Comum	1025/20.5BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa Res. Civil Extrac.	1258/20.4BEBRG	65 671,37 €	09/02/2023
Ação Laboral Impugnação Concurso	1578/20.8BEBRG	86 511,99 €	
Ação Administrativa Laboral	1966/21.2BEBRG	1 727,76 €	18/08/2023
Ação Administrativa Laboral	1061/22.7BEBRG	1 814,35 €	
Ação Comum Laboral	6082/22.7T8BRG	5 000,01 €	25/10/2023
Ação Administrativa	2426/22.0BEBRG	211 683,86 €	02/03/2023
Processo Crime	24/22.7T9BRG		
Intimação para prática do ato devido	584/22.2BEBRG	30 000,01 €	
Providência Cautelar	582/22.6BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa Laboral	1013/22.7BEBRG	30 000,01 €	
Responsabilidade Civil Extracontratual	968/22.6BEBRG	5 000,01 €	
Ação Administrativa	1346/22.2BEBRG	30 000,01 €	
Providência Cautelar Adm. Prov. Conc	1349/22.7BEBRG	30 000,01 €	16/02/2023
Responsabilidade Civil Extracontratual	1455/22.8BEBRG	29 648,11 €	
Ação Administrativa Trabalhos a mais	2060/22.4BEPRT	373 761,40 €	23/08/2023
Ação Administrativa	1893/22.6BEBRG	30 000,01 €	
Contraordenação	DCC.020.2022.031		
Execução Fiscal	1570/20.2BEBRG	3 228,88 €	
Impugnação	1584/22.8BEBRG	143 995,15 €	
Impugnação	448/22.0BEBRG	447 422,49 €	
Ação Administrativa	578/22.8BEBRG		
Ação Administrativa	2405/22.7T8BRG		

Ação Administrativa	788/22.8BEBRG	21 459,87 €	
Embargos de Executado	3208/22.4T8VNF-A	2 500,00 €	
Ação Administrativa	1133/22.8BEBRG		
Ação Administrativa	1200/22.8BEBRG	123 171,32 €	
Ação Administrativa	1394/22.2BEBRG		
Ação Administrativa	1792/22.1BEBRG		
Ação Administrativa	2074/22.4BEPRT	408 264,77 €	
Ação Administrativa	1433/22.7BEBRG		
Ação Administrativa	1188/19.2BEBRG	5 000,01 €	26/01/2023
Ação Comum	2007/23.0T8BRG	12 128,38 €	12/12/2023
Ação Comum	277/23.3BEBRG	8 800,00 €	07/12/2023
Ação Administrativa	363/23.0BEBRG	30 000,01 €	30/03/2023
Produção Antecipada de Prova	1520/23.4BEPRT	35 610,33 €	29/11/2023
Ação Administrativa Laboral	56/23.8 BEALM	600,00 €	16/11/2023
Responsabilidade Civil Extracontratual	706/23.6BEBRG	374,50 €	17/05/2023
Queixa Crime	361/23.0T9BRG	3 856,03 €	03/10/2023
Intimação Prestação Informações	1055/23.5BEBRG	30 000,01 €	03/08/2023
Providência Cautelar	1462/23.3BEBRG	30 000,01 €	18/11/2023
Ação Administrativa	1487/23.9BEBRG	30 000,01 €	03/10/2023
Ação Administrativa	1513/23.1BEBRG	30 000,01 €	16/11/2023
Responsabilidade Civil Extracontratual	5417/23.0T8BRG	14 641,80 €	
Ação Administrativa	17/23.7BEBRG	589 151,69 €	
Ação Administrativa	195/23.5BEBRG		
Ação Administrativa	3/23.7BEBRG	4 694,91 €	
Ação Administrativa	1372/23.4BEBRG		
Ação Administrativa	901/23.8BEBRG		
Ação Administrativa	310/22.6T8BRG		
Ação Administrativa	1526/23.3BEBRG	5 100,00 €	
Ação Administrativa	1518/23.2BEBRG		
Ação Administrativa	1687/23.1BEPRT		
Providência Cautelar	1543/23.3BEBRG		
Ação Administrativa	1547/23.6BEBRG		
Ação Administrativa	1770/23.3BEPRT		
Impugnação	1551/23.4BEBRG	15 137,02 €	
Impugnação	1357/23.0BEBRG	36 985,74 €	
Ação Administrativa	1535/23.3BEBRG-A	311 930,10 €	
Impugnação	1526/23.0BEBRG	754 166,77 €	
Ação Administrativa	AH 02/2023	30 117 788,52 €	

Quadro 27 – Passivos Contingentes.

23.1 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos apresentam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2023		2022	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o rendimento	108 232,39 €	9 136,99 €	11 179,59 €	893 700,69 €
Retenção de imposto sobre o rendimento	- €	373 472,19 €	- €	636 932,63 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2 475 343,39 €	74 699,99 €	184 241,48 €	144 928,56 €
Outros impostos	5,00 €	1 058,77 €	- €	355,53 €
Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	- €	810 477,93 €	- €	673 975,63 €
Tributos das autarquias locais	- €	102 302,76 €	- €	27 132,96 €
Outras tributações	597 307,62 €	4 150,70 €	593 143,79 €	4 874,69 €
Total	3 180 888,40 €	1 375 299,33 €	788 564,86 €	2 381 900,69 €

Quadro 28 – Estado e Outros Entes Públicos.

23.2 Outras Contas a Receber e a Pagar

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica Outras Contas a Receber e a Pagar detalham-se da seguinte forma:

Outras contas a receber e pagar	2023	2022
Saldos a receber	61 925 113,22 €	50 408 410,61 €
Clientes c/c	3 081 341,15 €	2 280 912,10 €
Estado e outros entes públicos	3 180 888,40 €	788 564,86 €
Outras contas a receber	54 438 817,96 €	43 561 207,51 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 224 065,71 €	3 777 726,14 €
Saldos a pagar	75 052 549,73 €	50 329 832,15 €
Fornecedores c/c	16 704 825,74 €	12 594 381,62 €
Adiantamento a clientes	16 900,78 €	550 969,23 €
Estado e outros entes públicos	1 375 299,33 €	2 381 900,69 €
Credores por subsídios não reembolsáveis	1 202 680,39 €	11 000,00 €
Fornecedores de investimento	6 243 826,65 €	4 671 973,43 €
Outras contas a pagar	49 509 016,84 €	30 119 607,18 €

Quadro 29 – Outras contas a receber e a pagar.

23.3 Rendimentos

O montante dos réditos reconhecidos durante os períodos de 2023 e de 2022, é proveniente de:

Réditos	2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	73 177 110,66 €	66 319 763,67 €
Vendas	8 766 433,59 €	8 537 512,68 €
Prestações de serviços e concessões	33 808 357,64 €	33 965 169,19 €
Trabalhos para a própria entidade	1 125 848,75 €	1 141 317,58 €
Transferências correntes obtidas	61 196 907,18 €	47 344 374,53 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	4 679,47 €	528,70 €
Imparidade de dívidas a receber	- €	- €
Provisões	- 203 159,19 €	229 050,71 €
Juros e rendimentos similares obtidos	293 397,70 €	213 617,93 €
Outros rendimentos	16 442 809,04 €	12 811 771,98 €
Total	194 612 384,84 €	170 563 106,97 €

Quadro 30 – Rendimentos

Relativamente ao aumento da rubrica de transferências e subsídios correntes obtidos importa sublinhar o reconhecimento das transferências com origem no Orçamento de Estado que se destinaram a custear a descentralização administrativa para o município de Braga na área da educação, iniciada em abril de 2022, acrescida das áreas da ação social e saúde, em 2023, e que ascenderam a 14 milhões de euros.

23.4 Gastos

O detalhe dos Gastos em 2023 e 2022 é o seguinte:

Fornecimentos e Serviços. Externos	2023	2022
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4 750 328,28 €	4 524 487,45 €
Fornecimentos e serviços externos	54 932 247,92 €	47 551 008,37 €
Gastos com pessoal	72 507 709,78 €	62 084 239,83 €
Transferências e subsídios concedidos	17 639 095,24 €	11 727 447,54 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 726 497,76 €	485 299,64 €
Provisões (aumentos/reduções)	- €	- €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	33 295 051,87 €	32 409 445,73 €
Juros e gastos similares suportados	2 568 856,13 €	699 004,02 €
Outros gastos	12 287 958,20 €	11 559 962,10 €
Total	197 254 749,66 €	171 040 894,68 €

Quadro 31 – Gastos

23.5 Gastos com o Pessoal

Em 2023 e 2022 o detalhe da conta Gastos com o Pessoal, foi como segue:

Gastos com Pessoal	2023	2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	327 306,62 €	319 557,53 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	402 823,77 €	359 687,20 €
Remunerações do pessoal	54 250 134,88 €	46 704 570,91 €
Benefícios pós-emprego	49 078,78 €	24 631,55 €
Indemnizações	19 431,98 €	26 386,84 €
Encargos sobre remunerações	12 186 472,70 €	10 181 926,43 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	406 481,03 €	402 672,41 €
Gastos de ação social	42 489,94 €	50 964,84 €
Outros gastos com o pessoal	3 402 672,94 €	2 730 657,06 €
Outros encargos sociais	1 420 817,14 €	1 283 185,07 €
Total	72 507 709,78 €	62 084 239,84 €

Quadro 32 – Gastos com Pessoal

Os valores que maioritariamente contribuíram para a variação positiva dos gastos com pessoal são os da empresa-mãe, valore esses, explicados pelas seguintes razões: i) integração do pessoal das áreas da saúde e da ação social por via da lei da transferência de competências; ii) medidas de valorização remuneratória legalmente previstas; iii) valorização do subsídio de refeição legalmente previsto; iv) novos recrutamentos de pessoal; v) efeitos da avaliação do SIADAP do biénio 2021-2022; vi) Aumentos dos encargos por via das novas integrações no quadro do município.

23.6 Outras Informações relativas aos procedimentos de consolidação

23.6.1) - Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação das participações financeiras e das operações recíprocas.

ELIMINAÇÃO DO MEP

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
41		70 194 099,09
51	39 315 000,00	
56	8 247 099,47	1 168 570,82
57	36 405 955,24	16 421 234,61
78	3 815 849,81	
TOTAL	87 783 904,52	87 783 904,52

ELIMINAÇÃO DE SALDOS

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
211		5 578 337,97
221	20 372,48	
225	1 134 055,36	
263		1 925 000,00
265	19 268 282,28	
266	770 103,45	
272	4 420 447,89	30 123 742,01
278	1 928 462,24	20 302 202,36
431	1 109 949,35	450 000,00
432	453 465,28	973 900,00
438	74 056,95	210 719,55
561	30 446 364,52	1 628 185,14
594	1 568 900,00	
642	9 800,98	12 173,75
TOTAL	61 204 260,78	61 204 260,78

ELIMINAÇÃO DE TRANSAÇÕES

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
272		6 724 063,63
593		
60		16 168 538,75
62		3 672 655,33
72	15 076 559,59	
75	11 488 698,12	
TOTAL	26 565 257,71	26 565 257,71

ELIMINAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
51	19 110 000,00	
541	4 159,07	
55	4 328 812,02	
56	3 849 517,18	14 757 716,37
57	2 440 066,48	
59	5 964 130,93	
Interesses que não controlam (Resultados)	3 335 876,39	3 294 791,18
Interesses que não controlam (Balanço)		20 980 054,52
TOTAL	39 032 562,08	39 032 562,08

Foi ajustado para efeitos de contas consolidadas com a devida imputação aos interesses que não controlam, o montante reconhecido em resultados do exercício e resultados transitados, decorrente dos contratos-programa, na participada AGERE no montante de 36 841 852,15 euros, em virtude de não estarem visadas pelo Tribunal de Contas e assim não serem passíveis de reconhecimento pelo Município de Braga.

8. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

8.1 Demonstração Consolidada de direitos e obrigações por natureza

Município de Braga							
Demonstração Consolidada de direitos e obrigações por natureza							
Rubrica	Liquidações	2023	2022	Rubrica	Obrigações	2023	2022
	Receita Corrente	4 248 919,47 €	3 688 550,18€		Despesa Corrente	2 346 745,69 €	1 247 653,39 €
R11	Impostos Diretos	-€	-€	D1	Despesas com o pessoal	577 176,69 €	450 589,51 €
R12	Impostos Indiretos	-€	-€	D11	Remunerações certas e permanentes	531 280,31 €	408 445,85 €
R2	Contribuições para sistemas de prot. social e subs	-€	-€	D12	Abonos variáveis ou eventuais	13 785,50 €	18 469,31 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	743 690,18 €	1 699 777,27 €	D13	Segurança Social	32 110,88 €	20 364,21 €
R4	Rendimentos de Propriedade	1 100 226,33 €	186 652,50 €	D2	Aquisição de bens e serviços	1 708 301,92 €	764 140,89 €
R5	Transferências e Subsídios Correntes	352 857,08 €	352 340,71 €	D3	Juros e outros encargos	- €	- €
R6	Vendas de bens e serviços	753 580,87 €	1 146 694,47 €	D4	Transferências e subsídios correntes	57 325,05 €	12 500,00 €
R7	Outras receitas correntes	298 565,01 €	303 085,23 €	D41	Transferências correntes	57 325,05 €	12 500,00 €
				D411	Administrações públicas	37 283,65 €	0,00 €
				D412	Entidades do setor não lucrativo	20 041,40 €	11 000,00 €
	Receita Capital	88 656,91 €	88 412,44 €	D413	Famílias	- €	1 500,00 €
R8	Venda de bens investimento	244,47 €	- €	D414	Outras	- €	- €
R9	Transferências e Subsídios de capital	88 412,44 €	88 412,44 €	D42	Subsídios correntes	- €	- €
R10	Outras receitas capital	-€	-€	D5	Outras despesas correntes	3 942,03 €	58,78 €
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	9 970,83 €	- €				
	Receita Efetiva (1)	4 347 547,21 €	3 776 962,62 €		Despesa Capital	929 908,15 €	123 927,37 €
	Receita não efetiva (2)	-€	-€	D6	Aquisição bens capital	920 683,15 €	123 927,37 €
R12	Receita com ativos financeiros	-€	-€	D7	Transferências e subsídios de capital	9 225,00 €	- €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €	D8	Outras despesas de capital	- €	- €
	Receita total (3) = (1) +(2)	4 347 547,21 €	3 776 962,62 €				
					Despesa Efetiva (4)	3 276 653,84 €	1 371 580,76 €
					Despesa não efetiva (5)	- €	- €
				D9	Despesa com ativos financeiros	- €	- €
				D10	Despesa com passivos financeiros	- €	- €
					Despesa total (6) = (4) +(5)	3 276 653,84 €	1 371 580,76 €

Quadro 33 – Demonstração Consolidada de direitos e obrigações por natureza

8.2 Demonstração do Desempenho Orçamental Consolidado

Município de Braga								
Demonstração de Desempenho Orçamental Consolidado em 31 de dezembro de 2023								
		FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						n-1
		RP	RG	EU	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	RUBRICA RECEBIMENTOS							
	Saldo da gerência anterior	1 914 455,98 €	- €	1 610 653,71 €	140 337,93 €	4 011 348,99 €	7 676 796,61 €	4 461 371,59 €
RI01	Operações Orçamentais [1]	1 914 455,98 €	- €	1 610 653,71 €	140 337,93 €	- €	3 665 447,62 €	
RI02	Devolução do saldo oper. Orçamentais					- €	- €	
RI03	Operações de tesouraria [A]					4 011 348,99 €	4 011 348,99 €	3 309 828,35 €
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades					- €	- €	
	Receita corrente	144 724 311,40 €	- €	966 142,58 €	- €	- €	145 690 453,98€	118 704 991,79€
R1	Receita Fiscal	61 251 377,88 €	- €	- €	- €	- €	61 251 377,88 €	55 807 946,65 €
R1.1	Impostos diretos	61 251 377,88 €	- €	- €	- €	- €	61 251 377,88 €	55 807 946,65 €
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	9 411 573,07 €	- €	- €	- €	- €	9 411 573,07 €	7 612 737,04 €
R4	Rendimentos de propriedade	3 254 379,41 €	- €	- €	- €	- €	3 254 379,41 €	4 484 019,24 €
R5	Transferências e subsídios correntes	61 856 870,73 €	- €	966 142,58 €	- €	- €	62 823 013,31 €	47 078 141,05 €
R5.1	Transferências correntes	61 792 870,58 €	- €	966 142,58 €	- €	- €	62 759 013,16 €	47 011 625,39 €
R5.1.1	Administrações Públicas	61 654 447,07 €	- €	966 142,58 €	- €	- €	62 620 589,65 €	46 719 538,93 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	52 095 194,12 €	- €	966 142,58 €	- €	- €	53 061 336,70 €	42 932 830,84 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	1 075 338,22 €	- €	- €	- €	- €	1 075 338,22 €	467 270,85 €
R5.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.5	Administração Local	8 483 914,73 €	- €	- €	- €	- €	8 483 914,73 €	3 319 437,24 €
R5.1.2	Exterior - U E	138 423,51 €	- €	- €	- €	- €	138 423,51 €	292 086,46 €
R5.1.3	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.2	Subsídios correntes	64 000,15 €	- €	- €	- €	- €	64 000,15 €	66 515,66 €
R6	Venda de bens e serviços	8 397 617,44 €	- €	- €	- €	- €	8 397 617,44 €	3 394 241,57 €
R7	Outras receitas correntes	552 492,87 €	- €	- €	- €	- €	552 492,87 €	327 906,24 €
	Receita de capital	2 194 076,33 €	- €	23 003 343,66 €	- €	- €	25 197 419,99 €	6 275 226,89 €
R8	Venda de bens de investimento	68 885,33 €	- €	- €	- €	- €	68 885,33 €	235 129,09 €
R9	Transferências e subsídios de capital	2 125 191,00 €	- €	23 003 343,66 €	- €	- €	25 128 534,66 €	6 040 097,80 €
R9.1	Transferências de capital	2 125 191,00 €	- €	23 003 343,66 €	- €	- €	25 128 534,66 €	6 040 097,80 €
R9.1.1	Administrações Públicas	2 125 191,00 €	- €	23 003 343,66 €	- €	- €	25 128 534,66 €	6 040 097,80 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 125 191,00 €	- €	4 824 094,35 €	- €	- €	6 949 285,35 €	6 040 097,80 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.2	Exterior - U E	- €	- €	18 179 249,31 €	- €	- €	18 179 249,31 €	- €
R9.1.3	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	36 772,90 €	- €	- €	- €	- €	36 772,90 €	9 833,24 €
RA04	Receita efetiva [2]	146 955 160,63 €	- €	23 969 486,24 €	- €	- €	170 924 646,87€	124 970 385,44€
	Receita não efetiva [3]	- €	- €	- €	18 177 554,34 €	- €	18 177 554,34 €	8 020 000,00 €
R12	Receita com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €	- €	18 177 554,34 €	- €	18 177 554,34 €	8 020 000,00 €
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	148 869 616,61 €	- €	25 580 139,95 €	18 317 892,27 €	- €	192 767 648,83€	134 151 761,92€

ROT1	Operações de tesouraria [B]	- €	- €	- €	- €	1 445 637,28 €	1 445 637,28 €	1 514 093,16 €
	RUBRICA PAGAMENTOS							
	Despesa corrente	117 729 956,04 €	- €	549 909,11 €	2 374 014,58 €	- €	120 653 879,73€	101 340 831,62€
D1	Despesas com o pessoal	56 065 192,32 €	- €	- €	- €	- €	56 065 192,32 €	39 974 639,59 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	42 015 782,79 €	- €	- €	- €	- €	42 015 782,79 €	30 619 515,76 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	2 653 395,81 €	- €	- €	- €	- €	2 653 395,81 €	1 122 530,81 €
D1.3	Segurança Social	11 396 013,72 €	- €	- €	- €	- €	11 396 013,72 €	8 232 593,02 €
D2	Aquisição de bens e serviços	36 542 883,98 €	- €	549 909,11 €	2 374 014,58 €	- €	39 466 807,67 €	33 001 359,22 €
D3	Juros e outros encargos	1 327 389,56 €	- €	- €	- €	- €	1 327 389,56 €	91 718,02 €
D4	Transferências e subsídios correntes	22 019 168,82 €	- €	- €	- €	- €	22 019 168,82 €	24 355 817,69 €
D4.1	Transferências correntes	22 092 922,99 €	- €	- €	- €	- €	22 092 922,99 €	24 333 942,54 €
D4.1.1	Administrações Públicas	8 850 789,74 €	- €	- €	- €	- €	8 850 789,74 €	7 094 927,20 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	279 307,56 €	- €	- €	- €	- €	279 307,56 €	355 139,45 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	6 754 341,75 €
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	5 035 996,96 €	- €	- €	- €	- €	5 035 996,96 €	4 521 945,57 €
D4.1.3	Famílias	5 829 669,20 €	- €	- €	- €	- €	5 829 669,20 €	6 937 550,62 €
D4.1.4	Outras	10 731 905,25 €	- €	- €	- €	- €	10 731 905,25 €	7 748 244,91 €
D4.2	Subsídios correntes	142 289,85 €	- €	- €	- €	- €	142 289,85 €	46 052,50 €
D5	Outras despesas correntes	1 775 321,36 €	- €	- €	- €	- €	1 775 321,36 €	1 909 840,99 €
	Despesa de capital	38 435 889,34 €	- €	6 563 652,26 €	4 866 323,35 €	- €	49 865 864,95 €	19 660 121,19 €
D6	Aquisição de bens de capital	31 462 395,75 €	- €	6 563 652,26 €	4 866 323,35 €	- €	42 892 371,36 €	14 556 834,52 €
D7	Transferência e subsídios de capital	4 370 134,23 €	- €	- €	- €	- €	4 370 134,23 €	3 631 113,45 €
D7.1	Transferências de capital	4 370 134,23 €	- €	- €	- €	- €	4 370 134,23 €	3 631 113,45 €
D7.1.1	Administrações Públicas	4 219 031,49 €	- €	- €	- €	- €	4 219 031,49 €	3 556 359,69 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.5	Administração Local	4 219 031,49 €	- €	- €	222 173,30 €	- €	4 441 204,79 €	3 778 532,99 €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	151 102,74 €	- €	- €	- €	- €	151 102,74 €	74 753,76 €
D7.1.3	Famílias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.4	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.2	Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D8	Outras despesas de capital	2 603 359,36 €	- €	- €	- €	- €	2 603 359,36 €	1 249 999,92 €
DA03	Despesa efetiva [5]	156 165 845,38 €	- €	7 113 561,37 €	7 240 337,93 €	- €	170 519 744,68€	121 000 952,81€
	Despesa não efetiva [6]	8 405 220,36 €	- €	- €	- €	- €	8 405 220,36 €	10 016 312,27 €
D9	Despesa com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D10	Despesa com passivos financeiros	8 405 220,36 €	- €	- €	- €	- €	8 405 220,36 €	10 016 312,27 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	164 571 065,74 €	- €	7 113 561,37 €	7 240 337,93 €	- €	178 924 965,04€	131 017 265,08€
DOT1	Operações de tesouraria [C]	- €	- €	- €	- €	773 660,40 €	773 660,40 €	812 572,52 €
	Saldo para a gerência seguinte	- 15 701 449,13 €	- €	18 466 578,58 €	11 077 554,34 €	4 683 325,87 €	18 526 009,66 €	- €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	- 15 701 449,13€	- €	18 466 578,58 €	11 077 554,34 €	- €	13 842 683,79 €	2 608 786,58 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	- €	- €	- €	- €	4 683 325,87 €	4 683 325,87 €	4 011 348,99 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	- 9 210 684,75 €	- €	16 855 924,87 €	- 7 240 337,93 €		404 902,19 €	3 979 265,87 €
DA10	Despesa primária	154 838 455,82 €	- €	7 113 561,37 €	7 240 337,93 €		169 192 355,12€	120 909 234,79€
DA11	Saldo corrente	26 994 355,36 €	- €	416 233,47 €	- 2 374 014,58 €		25 036 574,25 €	17 364 160,17 €
DA12	Saldo de capital	- 36 241 813,01 €	- €	16 439 691,40 €	- 4 866 323,35€		-24 668 444,96 €	-13 384 894,30 €
DA13	Saldo primário	8 310 493,83 €	- €	16 855 924,87 €	- 7 240 337,93€		8 310 493,83 €	3 979 265,87 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	148 869 616,61 €	- €	25 580 139,95 €	18 317 892,27 €		192 767 648,83€	134 151 761,92€
DA15	Despesa total [5] + [6]	164 571 065,74 €	- €	7 113 561,37 €	7 240 337,93 €		178 924 965,04	131 542 975,34€

Quadro 34 – Demonstração do Desempenho Orçamental Consolidado



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Braga** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 992 936 783 euros e um total de património líquido de 817 627 620 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores do capital da entidade-mãe negativo de 2 683 450 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Braga** em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Em consequência do Decreto-Lei n.º 70/2023, de 22 de agosto, foi solicitada a prorrogação da concessão do atual sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos nos municípios do Baixo Cávado até 31 de dezembro de 2024, com o seu consequente término a partir de 1 de janeiro de 2025. Da situação descrita decorrerá a extinção da entidade Braval – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (a qual, à presente data, ainda não tem aprovadas as suas Contas de 2023), o que poderá ter efeitos materialmente significativos nas demonstrações financeiras consolidadas, por via da aplicação do método da equivalência patrimonial, não nos sendo possível, com base na informação disponível à data, quantificar os eventuais impactos no ativo, resultado líquido e património líquido (resultados transitados, ajustamentos em ativos financeiros) do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.



2. Conforme divulgado no Relatório de Contas Consolidadas, não foi obtida informação suficientemente completa sobre as concessões da E-redes e Consórcio Tomás de Oliveira, Empreiteiros, S.A. e Toelta - Gestão de Investimentos e Concessões, S.A. sobre os ativos incluídos nas respetivas concessões, o que impossibilitou que se procedesse aos registos contabilísticos e às divulgações necessárias para dar integral cumprimento à *NCP 4 – Acordos de concessão: concedente*. Assim, não nos é possível apurar os eventuais ajustamentos decorrentes da situação exposta para as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no ativo (rubrica de ativos fixos tangíveis), no passivo (rubrica de diferimentos) e no património líquido (resultado líquido do período e resultados transitados).
3. Apesar dos esforços desenvolvidos e das regularizações efetuadas no exercício, consideramos ainda não ter sido possível garantir a plenitude e mensuração dos ativos incluídos na rubrica de Ativos fixos tangíveis, designadamente quanto aos bens imóveis de domínio público e de domínio privado, tendo em vista o integral cumprimento do disposto no normativo contabilístico (NCP 5, em particular). Face ao descrito, à presente data consideramos não serem passíveis de quantificação os eventuais ajustamentos necessários no ativo (rubrica de Ativos fixos tangíveis) e no património líquido (resultado líquido do período, resultados transitados e outras variações no património líquido) do Grupo.
4. Ainda que se tenham verificado melhorias relevantes a assinalar, consideramos ainda persistirem algumas limitações quanto à obtenção de prova de auditoria suficiente para garantir a adequada mensuração dos rendimentos relativos à rubrica de Loteamentos e obras e a respetiva documentação de suporte, pelo que não nos é possível a validação integral dos montantes registados contabilisticamente. Deste modo, não nos é possível apurar, nem quantificar, a eventual necessidade de ajustamentos no ativo e no património líquido (resultado líquido do período e resultados transitados) do Grupo, decorrentes da situação descrita.
5. Até à presente data as Contas de 2023 da entidade Agere – Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga E.M. não foram ainda aprovadas, sendo que o terceiro Geswater – Águas e Resíduos, S.A. interpôs uma ação no Instituto de Arbitragem Comercial contra o Município, requerendo à entidade Agere – Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga E.M. o pagamento de um montante aproximado de 30 118 000 euros, relativo à prestação de serviços de limpeza e higiene públicas dos anos de 2013 até 2022, acrescido de 11 534 000 euros a título de juros de mora. Apesar de o Município ter apresentado contestação à referida ação e de o advogado considerar que, dada a complexidade do processo, não é possível prever o desfecho do mesmo, consideramos que, de acordo com um princípio de prudência, o Município deveria reconhecer uma provisão para fazer face às suas responsabilidades decorrentes das transações ocorridas e dos serviços prestados (facto gerador da situação descrita). Identificamos ainda um conjunto de outros processos judiciais intentados contra o Município, que vêm apresentados no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas como passivos contingentes, apesar de a informação fornecida pelos advogados indicar como provável o exfluxo financeiro futuro, para fazer face às obrigações subjacentes. Face ao descrito, e atendendo também à insuficiência das correspondentes divulgações incluídas no



Anexo, consideramos que não nos é possível determinar os ajustamentos necessários nas demonstrações financeiras consolidadas de 2023, em particular no passivo (rubrica de Provisões) e no resultado líquido.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Relacionado com a limitação referida no ponto 5 acima e, tal como se tem vindo a verificar nos exercícios anteriores, reiteramos que não foram reconhecidas as Indemnizações Compensatórias/Contrato Programa que a Entidade se propõe a transferir para a sua participada Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M., relativamente aos exercícios de 2013 a 2023, uma vez que se encontra pendente a tramitação/resolução formal e regulamentar por parte das entidades competentes e da Tutela. Os efeitos decorrentes desta situação encontram-se devidamente refletidos e ajustados nas demonstrações financeiras consolidadas – na rubrica de resultados transitados os montantes referentes aos exercícios de 2013 a 2022, e no resultado líquido consolidado, o montante relativo ao exercício de 2023, com a correspondente imputação aos interesses que não controlam.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



– avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

– identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

– obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

– avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

– concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo, que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita de 192 767 649 euros e um total de despesa de 178 924 965 euros) e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Uma vez que nem todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação orçamental prepararam de forma adequada e rigorosa todos os elementos previstos na NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, não nos foi possível apurar os eventuais efeitos da situação descrita no conjunto das demonstrações orçamentais consolidadas e bem assim, no cumprimento integral do preconizado na NCP 26.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

secção "Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas" do Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais, exceto quanto ao facto de não ter sido ainda cumprido de forma integral o previsto na NCP 27 – *Contabilidade de Gestão*, em particular o seu parágrafo 34.

Braga, 07 de junho de 2024

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)



RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

EXERCÍCIO DE 2023

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º, nº2, da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas Consolidadas do Município de Braga** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:

- a) as contas sobre as quais nos pronunciamos são as contas consolidadas do Município;
- b) à semelhança dos exercícios anteriores, o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração dos responsáveis das diferentes áreas do Município, em particular da área contabilística, quer ao nível da disponibilização dos elementos solicitados, quer no esclarecimento das questões que entendemos pertinentes sobre o processo de consolidação.

2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artº.ºs 76º. e 77º. da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, procedemos:

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Município e demais entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- c) à análise das demonstrações financeiras consolidadas e demais documentos de prestação de contas, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados;
- d) à análise das demonstrações orçamentais consolidadas, tendo em conta as obrigações legais/regulamentares aplicáveis.

3. Os procedimentos adotados permitem-nos concluir que, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias incluídas como reservas na Certificação Legal das Contas por nós emitida nesta data (quer quanto às demonstrações financeiras, quer quanto às demonstrações orçamentais):

- a) a contabilidade, as demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações orçamentais consolidadas e o relatório consolidado de gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade, bem como a situação patrimonial, financeira e orçamental do Grupo no exercício em



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

causa, nos termos da opinião e das observações incluídas na certificação legal das contas consolidadas, emitida por nós na presente data;

- b) verificamos que, de um modo geral, foi seguido pelo Município o enquadramento previsto na NCP 22 – Norma de Contabilidade Pública sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas e NCP 26 - Norma de Contabilidade Pública sobre a Contabilidade e Relato Orçamental, com vista à elaboração das demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas e demais elementos de prestação das contas consolidadas.

4. Face ao descrito nos pontos anteriores, somos de parecer que:

- a) as contas consolidadas do Município e o respetivo relatório consolidado de gestão, que devem ser vistos à luz dos esclarecimentos que esses mesmos documentos integram, bem como da certificação legal das contas consolidadas e das notas anteriores, merecem globalmente uma apreciação positiva.

Devemos, por último, salientar e agradecer o espírito de colaboração demonstrado pelo órgão executivo e por todos os responsáveis e colaboradores envolvidos.

Braga, 7 de junho de 2024

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)